

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS PASSO FUNDO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

JULIANE ZANIN

**AUDITORIA INTERNA DO ATIVO IMOBILIZADO: Um Estudo de caso na
Empresa Transportes ZM Ltda.**

PASSO FUNDO

2013

JULIANE ZANIN

**AUDITORIA INTERNA DO ATIVO IMOBILIZADO: Um Estudo de caso na
Empresa Transportes ZM Ltda.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Mirna Muraro

PASSO FUNDO

2013

JULIANE ZANIN

**AUDITORIA INTERNA DO ATIVO IMOBILIZADO: Um Estudo de caso na
Empresa Transportes ZM Ltda.**

Trabalho de Conclusão aprovado em 14 de
Dezembro de 2013, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis no curso de Ciências Contábeis da
Universidade de Passo Fundo, campus Passo
Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos
professores:

Prof^ª. Ms. Mirna Muraro
UPF – Orientadora

Prof. Ms. Gustavo Londero Brandli
UPF

Prof. Esp. Sérgio Luiz Piazza
UPF

PASSO FUNDO

2013

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus, pelo dom da vida, por ter estado ao meu lado em todos os momentos difíceis na minha vida, por ter-me dado força, coragem e fé para que eu conseguisse concluir mais essa etapa da minha e por ter me iluminado durante essa caminhada.

Agradeço aos meus pais Neuri e Donilde e a minha irmã Patrícia, pela paciência, pelo carinho e pela compreensão durante esse período em que estive um pouco ausente e também agradecer pelo apoio incondicional para que eu continuasse estudando e para que eu não desistisse.

Ao meu namorado Mateus, pela compreensão nos momentos de nervosismo, por estar sempre ao meu lado me apoiando, por me dar forças para que eu continuasse e por me incentivar a realizar esse sonho na minha vida.

A Professora Mirna Muraro, orientadora, professora e amiga pela tolerância e dedicação, por sua ajuda e compreensão e por todo o seu conhecimento, que foram de extrema importância para a realização deste trabalho.

Quero agradecer a empresa Transportes ZM Ltda e ao seu escritório contábil, que foram sempre muito atenciosos e se propuseram a prestar todas as informações necessárias.

As minhas amigas pela compreensão e amizade, nos momentos em que estive ausente ou que tive que deixá-las de lado, pelo apoio e pelo incentivo para que eu conseguisse concluir mais esse objetivo na minha vida.

A todos os meus professores pelos ensinamentos e pelo esforço dedicado, para contribuir com minha formação e para um melhor aprendizado.

Aos meus colegas que fizeram parte dessa etapa de minha vida e por deixarem minhas noites mais divertidas e mais felizes.

A todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a conclusão dessa etapa e realização desse sonho na minha vida.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

ZANIN, Juliane. **Auditoria Interna do Ativo Imobilizado**: Um Estudo de caso na Empresa Transportes ZM Ltda. Passo Fundo, 2013. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis).UPF, 2013.

Devido as constantes mudanças que vêm acontecendo, as empresas estão buscando meios de controlar suas atividades operacionais, assim a auditoria interna e os controles internos são eficientes ferramentas de apoio à administração. As empresas necessitam de bons controles, pois quanto mais uma empresa crescer, maior será essa necessidade. O objetivo deste trabalho foi o de avaliar os procedimentos de controles internos, no ativo imobilizado através da realização de uma auditoria interna, na empresa Transportes ZM Ltda. A fundamentação teórica foi baseada em aspectos conceituais, estruturais e operacionais, abordando questões relacionadas com auditoria interna e controles internos. A metodologia utilizada foi de um estudo de caso de caráter qualitativo, com entrevistas e testes de auditoria nos saldos contábeis do imobilizado. Conclui-se, ao final de trabalho, que a empresa possui bons sistemas de controles internos, até porque não possui bens de pequeno porte, também cabe ressaltar que o imobilizado representa um percentual elevado no patrimônio da empresa. Identificou-se que a empresa deve elaborar um plano de manutenção preventiva, para evitar possíveis atrasos nas entregas de cargas e eventuais perdas de receita. E em relação à aplicação de normas contábeis verificou-se que deverão ser aplicadas as novas normas contábeis, NBC TG 27 – Ativo imobilizado, em relação à depreciação pela taxa da vida útil e a aplicação anual do teste de recuperabilidade, NBC TG 01- Teste de recuperabilidade.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Controles Internos. Imobilizado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre auditor interno e externo	20
Quadro 2 - Os princípios e fundamentos do controle interno.....	26
Quadro 3 - Índices de revisão analítica.....	40
Quadro 4 - Indicadores de Liquidez	52
Quadro 5 - Indicadores de Endividamento	54
Quadro 6 – Indicador de Imobilização	55
Quadro 7 - Indicadores de Lucratividade	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo registro imobilizado x registro contábil.....	47
Tabela 2 - Inspeção Física de Bens.....	48
Tabela 3 - Conferência de Cálculo de depreciação	49
Tabela 4 - Depreciação pela vida útil dos bens	50
Tabela 5 - Teste de Recuperabilidade.....	51
Tabela 6 - Indicadores de Liquidez	53
Tabela 7 - Indicadores de Endividamento da Empresa	54
Tabela 8 – Indicador de Imobilização da Empresa.....	55
Tabela 9 – Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade da Empresa.....	57
Tabela 10 - Simulação Tributária ano de 2012 – Empresa ZM Ltda.	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO	11
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	AUDITORIA	13
2.1.1	Fundamentos de Auditoria	13
2.1.2	Conceito e Aplicação da Auditoria Contábil.....	14
2.1.3	Auditoria externa ou independente.....	15
2.1.4	Auditoria Interna.....	16
2.1.5	Diferenças entre Auditoria Externa e Interna	20
2.2	CONTROLE INTERNO	21
2.2.1	Conceito e Definição sobre Controle Interno	22
2.2.2	Importância do Controle Interno.....	24
2.2.3	Princípios Fundamentais dos Controles internos	25
2.2.4	Limitações do controle interno	29
2.2.5	Levantamento e avaliação do sistema de controle interno.....	30
2.3	CONTROLE INTERNO PARA O IMOBILIZADO	31
2.4	IMOBILIZADO.....	33
2.4.1	Depreciação acumulada	34
2.4.2	Teste de recuperabilidade	34
2.4.3	Auditoria do Imobilizado	35
2.5	REVISÃO ANALÍTICA	38
3	METODOLOGIA.....	41
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	41
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	42

3.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	43
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	43
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	45
4.1	A EMPRESA	45
4.2	AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO.....	45
4.3	PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA APLICADOS NO IMOBILIZADO	47
4.3.1	Comparativo registro imobilizado x registro contábil com data-base em 31/12/2012	47
4.3.2	Inspeção física	48
4.3.3	Conferência dos cálculos de depreciação.....	49
4.3.4	Teste de recuperabilidade	50
4.4	REVISÃO ANALÍTICA DOS BALANÇOS.....	51
4.4.1	Indicadores de Liquidez	52
4.4.2	Indicadores de Endividamento	54
4.4.3	Indicador de Imobilização	55
4.4.4	Indicadores de Lucratividade.....	56
4.5	SIMULAÇÃO TRIBUTÁRIA	58
4.6	RECOMENDAÇÕES.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE	65
	APENDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CONTROLE DO IMOBILIZADO.....	66

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o mercado vive um processo de constantes mudanças, no que diz respeito ao cenário econômico nacional, tornando assim cada vez mais competitivo. O crescimento acelerado das empresas demonstra maior necessidade de se buscar uma contabilidade com fins gerenciais.

A contabilidade vem tornando-se uma das melhores e mais importantes ciências para a administração das empresas. Ela tem como finalidade controlar o patrimônio das entidades. Um controle que ajude a obter informações reais sobre a situação patrimonial e suas variações da empresa, que forneça relatórios contábeis e gerenciais, que auxiliem na tomada de decisões.

Para isso, é necessária a geração de dados exatos, sendo assim possível que as empresas atinjam seus objetivos, consigam minimizar riscos e tenham informações confiáveis, e isto é conseguido através de controles internos que as empresas de qualquer porte devem manter.

Almeida (2012) conceitua o controle interno, como sendo aquele que representa um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas, que tem por objetivo proteger os ativos das entidades, produzindo dados contábeis confiáveis, para assim ajudar a administração na condução correta dos negócios da empresa e no fornecimento de informações adequadas.

Crepaldi (2011, p. 31) cita que a auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as transações e operações, como um serviço prestado à administração.

A auditoria interna busca revisar todas as movimentações feitas pela administração. Sendo seus relatórios como fonte de auxílio para os negócios da empresa, contribui para a geração de informações e para melhoria da empresa, pois assim ajuda os administradores

nas suas decisões.

A auditoria interna e principalmente os controles internos se fazem necessários não apenas em grandes empresas, mas também em pequenas e médias, pois através deles podem-se detectar possíveis irregularidades ou até mesmo fraudes. Sendo assim, a utilização de um controle interno não apenas para a prevenção de fraudes, mas para ajudar no correto planejamento e gestão da empresa.

Desta forma, o presente trabalho apresentou os melhores procedimentos de controles internos para o imobilizado da Transportadora ZM, e através de testes de auditoria interna, fez uma revisão dos saldos contábeis apresentados pela empresa.

Também realizou-se uma avaliação das despesas na empresa, pois como a mesma é do ramo de prestação de serviços, o maior gasto gerado por ela é nas despesas, então através disso busca-se apresentar os possíveis motivos pela qual isso acontece e as melhores soluções a serem tomadas para diminuir as despesas.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO

A Empresa Transportes ZM Ltda., é uma empresa que atua na área de transportadora e de prestação de serviços. Foi fundada em 1992, em seu quadro possui cinco funcionários, atualmente tem duas camionetas e quatro caminhões. A empresa está localizada na cidade de Marau-RS.

Os controles internos ajudam a empresa a gerar informações contábeis que sejam confiáveis, adequadas e seguras, não só para a administração, mas para toda a sociedade. Ela também ajuda os administradores na correta elaboração das demonstrações contábeis.

Eles também auxiliam a organização a atingir os objetivos, reduzir os riscos, auxiliar a contabilidade nas demonstrações contábeis para que tenha maior confiabilidade, ajuda no descobrimento das causas que geram possíveis erros.

Assim, através desse trabalho, considerando que, as empresas buscam sempre controlar suas atividades operacionais, a auditoria é uma maneira de prevenção de riscos, a empresa estudada teve uma análise de seu sistema de imobilizado, e ainda de uma revisão analítica para assim auxiliar numa boa gestão.

Como a principal área em volume de recursos envolvidos da Empresa Transportes

ZM é o seu imobilizado representando respectivamente 84% do seu ativo, e também por ser a área que mais teve alterações contábeis, ela foi escolhida para uma avaliação dos controles e processos contábeis existentes na empresa.

Dessa forma, o problema de pesquisa que este trabalho pretende responder é: **Qual a avaliação de auditoria interna sobre os controles internos e contabilização do imobilizado da Empresa Transportes ZM Ltda.?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar através de uma auditoria interna os controles internos e a contabilização do imobilizado da Empresa Transportes ZM Ltda.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar referencial teórico sobre auditoria interna e controles internos, inclusive apresentando as normas contábeis relativas ao imobilizado e revisão analítica.
- Realizar testes de auditoria nos controles internos do imobilizado, como: avaliação dos controles internos, comparativo registro imobilizado x registro contábil, inspeção física, conferência dos cálculos de depreciação e teste de recuperabilidade.
- Realizar revisão analítica das contas de resultado da empresa dos três últimos anos.
- Apresentar sugestões para melhoria, auxiliando a administração na condução ordenada dos negócios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUDITORIA

Neste capítulo será abordado aspectos conceituais de auditoria interna e externa, também os procedimentos de auditoria a serem aplicados no ativo imobilizado.

2.1.1 Fundamentos de Auditoria

Para Attie (2011), a contabilidade foi à primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e informar ao administrador, sendo ela responsável pela criação de uma área denominada auditoria, destinada a ser usada como um instrumento de confirmação da própria contabilidade.

Segundo Franco e Marra (2001), a Contabilidade, através de técnicas próprias, estuda e controla o patrimônio, com a finalidade de demonstrar e fornecer informações sobre sua composição, e também sobre as variações qualitativas e quantitativas. A auditoria, por sua vez, é a técnica contábil utilizada para avaliar essas informações.

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. (ATTIE; 2011, p. 5)

O administrador deve apresentar dados informativos que sejam confiáveis aos seus usuários e para a tomada de decisões. Através da auditoria serão avaliadas essas informações para ver se realmente elas estão apropriadas e se atendem as normas e princípios contábeis.

Ao contador compete conhecer profundamente as técnicas de apresentação das

demonstrações contábeis, enquanto ao auditor compete conhecer minuciosamente as técnicas e avaliar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa. (CREPALDI, 2011, p. 2).

Portanto pode-se dizer que a auditoria, vem mostrando sua importância. Através de normas e padrões, ela torna-se um elemento fundamental, para o sistema de informação, para a prestação de contas da administração e para o desenvolvimento da empresa.

2.1.2 Conceito e Aplicação da Auditoria Contábil

Segundo Franco e Marra (2001), a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle, com objetivo de avaliar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

Ainda Crepaldi (2011) define auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações contábeis de uma empresa.

A auditoria das demonstrações financeiras constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a real posição patrimonial e financeira da empresa, de acordo com os princípios de contabilidade, aplicados com uniformidade durante os períodos. (CREPALDI; 2011, p. 2).

Para Perez Junior (2012) “a auditoria é uma técnica autônoma dentre as técnicas da ciência contábil, razão pela qual tem objeto perfeitamente identificado e definido, sendo este não apenas único, mas também múltiplo, conforme o entendimento unanimemente consagrado nos dias de hoje”.

A definição, na sua amplitude, pode ser enunciada da seguinte forma segundo o ponto de vista de Sá (2002, p. 25):

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame de registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendale, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

A auditoria é uma ferramenta importante para uma empresa, pois através das suas

análises e exames das demonstrações financeiras e contábeis proporciona a administração autenticidade, confiabilidade e entendimento sobre as mesmas.

2.1.3 Auditoria externa ou independente

Conforme Franco e Marra (2001, p. 218) a auditoria externa é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo empregatício com a empresa auditada e que poderá ser contratado para auditoria permanente ou eventual.

Sá (2002) diz que “quando a verificação dos fatos é levada por profissional liberal ou por associação de profissionais liberais e, portanto, elementos estranhos à empresa, a intervenção ou censura denomina-se auditoria externa ou independente”.

A auditoria externa constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira. (CREPALDI; 2011, p. 38).

Crepaldi (2011), ainda diz que a auditoria externa é executada por profissional independente, sem ligação com a empresa auditada. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços. Os testes se espalham por onde haja necessidade de levantar questões esclarecedoras para conclusão do trabalho.

A auditoria externa tem como objetivo exame das demonstrações contábeis ou de alguma área específica, e também aumentar o grau de confiança nas mesmas por parte dos usuários. (NBC TA 200, 2009)

De acordo com Crepal di (2011, p. 38), o auditor externo, pela relevância de seu trabalho perante o público, dada a credibilidade que demonstra ao mercado, se constitui numa figura exemplar que presta serviços muito importantes ao acionista, aos banqueiros, aos órgãos do governo e ao público em geral. Sua função visa credibilidade das demonstrações contábeis examinadas dentro das normas de auditoria e princípios contábeis.

Os objetivos gerais do auditor, ao conduzir a auditoria das demonstrações contábeis, segundo a NBC TA 200 (2009, p. 2) são:

- a) Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e

b) Apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBC Tas, em conformidade com as constatações do auditor.

A NBC TA 200 (2009) diz que a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis na sua totalidade e, portanto, o auditor não é responsável por detectar distorções que não sejam relevantes para as demonstrações financeiras como um todo.

Ainda a NBC TA 200 (2009) cita que a opinião do auditor, não assegura, portanto, a viabilidade futura da empresa nem a eficiência e a eficácia dos negócios conduzidos pela administração da entidade.

2.1.4 Auditoria Interna

Devido ao alto crescimento das empresas por aumento na produção e do número de funcionários e por causa da descentralização de suas funções ficou mais difícil a missão de um grupo limitado de pessoas controlar totalmente as atividades e funções das mesmas.

Segundo Attie (2007) a partir desse momento, a administração passa a necessitar de alguém que lhes assegure que os controles e as rotinas de trabalho estão sendo eficientemente realizados, pois demonstram a realidade econômica e financeira da empresa. A auditoria interna neste momento é concebida, como uma atividade necessária à entidade e estende-se a fim de seguir a gerência ativa, proporcionando-lhes alternativas, como ferramenta de trabalho, de controle, assessoria e administração.

O Instituto dos Auditores Internos (apud OLIVEIRA et al., 2008, p. 81), conceitua da seguinte maneira essa função:

Funções com independência de atuação, criadas dentro da organização para examinar e avaliar suas atividades, como contribuição para a empresa. O objetivo da auditoria interna é assistir aos gestores da organização, compartilhando com suas responsabilidades e operando de acordo com as políticas estabelecidas pela gerência e junta de diretores.

Sá (2002) diz que quando a análise dos acontecimentos é feita por funcionários da própria empresa, constituindo um serviço, uma seção ou um departamento, a intervenção ou censura denomina-se auditoria interna.

A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade. (CREPALDI; 2011, p. 31).

O CFC, na sua Resolução nº. 986 de 2003, p. 02 (NBC TI – Auditoria Interna), apresenta o conceito:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A auditoria interna deve convencer a administração e seus executivos de que pode auxiliá-los na melhoria de seus negócios, identificando os possíveis problemas e sugerindo alternativas para as correções. A organização utiliza a auditoria interna como órgão de assessoria e de controle, ela é parte integrante da empresa e das funções.

Também a sua Resolução nº. 986 de 2003, p. 02 do CFC, diz que a atividade da auditoria interna está estruturada como:

A atividade de Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.

A auditoria interna tem por finalidade desenvolver um método de avaliação dos fatos e operações da entidade, é também, um controle, cuja função é medir e avaliar a eficiência de outros controles. O objetivo da auditoria interna é auxiliar a administração nas suas decisões, dando opiniões, sugestões e recomendações.

Paula (1999) define auditoria interna como sendo uma atividade de avaliação independente, que, atuando em parceria com administradores e especialistas, deverá avaliar a eficiência e eficácia dos controles, zelando pelas políticas traçadas e criando melhorias, fornecendo auxílio aos proprietários e administradores para tomada de decisão, visando cumprir a missão da entidade.

A auditoria interna é conduzida em diversos ambientes legais e culturais entre as organizações que variam de propósito, tamanho, complexidade e estrutura e por pessoas dentro e fora da empresa.

A auditoria interna, através de suas atividades de trabalho, serve à administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticos definidos pela entidade, assim como os sistemas contábeis e de controle interno, estão sendo

efetivamente seguidos e que as transações realizadas estão refletidas contabilmente com os critérios previamente definidos. (ATTIE, 2007, p. 08).

A atividade de auditoria interna, segundo a NBC TI 01 (2003) deve avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de gestão e governança, e nos processos de gerenciamento de riscos.

Paula (1999, p. 41) diz que a Auditoria Interna deve participar do desempenho ou resultado da entidade, evidenciando oportunidades internas e externas, procurando soluções para problemas identificados, agregando valor ao produto e demonstra os seus objetivos:

- a) assessorar a administração, gerando informações para a tomada de decisões nos seus diversos níveis;
- b) salvaguardar os ativos e comprovar sua existência, assim como afirmar precisão dos ativos e passivos;
- c) certificar-se se os objetivos operacionais e de negócios estão sendo atingidos, e se as maneiras usadas são as mais adequadas e eficientes;
- d) agregar valor aos produtos;
- e) assegurar a observância às políticas, planos, procedimentos, leis;
- f) avaliar providências e soluções adotadas em relação às recomendações e sugestões demonstradas no relatório da Auditoria;
- g) realizar análise prévia de matérias a serem apresentadas em reuniões de diretoria;
- h) responder pelo atendimento e apoio ao conselho fiscal no desempenho de suas funções, atingindo a sua agenda de trabalho;
- i) coordenar e controlar o atendimento ao Tribunal de Contas de Estado, quanto às demandas de informações e Auditorias realizadas;
- j) identificar possíveis desvios no atendimento às diretrizes definidas pela administração, no sentido de propor medidas para a melhoria e o aperfeiçoamento dos desempenhos da organização;
- k) desenvolver controles que possibilitem informar à direção os riscos que podem influenciar o resultado da empresa;
- l) evidenciar oportunidades a serem exploradas.

O auditor interno, por sua vez, segundo Almeida (2012) é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve ser subordinado àqueles cujo trabalho examina, além disso, ele não deve desenvolver atividades que um dia possa vir examinar, como por exemplo, elaborar lançamentos contábeis, para que não interfira em sua independência.

Segundo a NBC TI 01 (2003), os auditores internos devem possuir o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias para o desempenho de suas responsabilidades individuais. A atividade de auditoria interna deve possuir, ou obter conhecimento coletivo, as habilidades e outras competências necessárias, também coletivas, para o desempenho de suas responsabilidades.

As responsabilidades do auditor interno, segundo Crepaldi (2011), devem ser:

- Informar e assessorar a administração e desenvolver suas responsabilidades de maneira condizente com o Código de ética do Instituto dos Auditores Internos;
- Coordenar suas atividades com a de outros, de modo a atingir com mais facilidade os objetivos da auditoria em benefício das atividades da empresa.

No que diz respeito a exercer o zelo profissional devido, a NBC TI 01 (2003) diz que os auditores internos devem levar em consideração:

- A extensão do trabalho necessária para alcançar os objetivos do trabalho de auditoria;
- A complexidade relativa, a materialidade ou a significância dos assuntos aos quais os procedimentos de avaliação são aplicados;
- A adequação e a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles;
- A probabilidade de erros significativos, fraudes ou não conformidades; e
- O custo da avaliação em relação aos potenciais benefícios.

Os auditores internos podem prestar serviços de consultoria ou de assessoria são realizados a partir da solicitação específica.

Ao assumir maiores responsabilidades, a pessoa do auditor estará adquirindo maiores conhecimentos, maior capacidade técnica-profissional, maior capacidade moral, sendo, portanto, inevitavelmente o seu progresso profissional.

2.1.5 Diferenças entre Auditoria Externa e Interna

Segundo Almeida (2012), pode-se observar as principais diferenças entre o auditor interno e o auditor externo, são as seguintes:

AUDITOR INTERNO	AUDITOR EXTERNO
- É empregado da empresa auditada;	- Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
- Menor grau de independência;	- Maior grau de independência;
- Executa auditoria contábil e operacional;	- Executa apenas auditoria contábil;
Os principais objetivos são: - verificar se as normas internas estão sendo seguidas; - verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes; - verificar a necessidade de novas normas internas; - efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais;	- O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada. Também se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
- Maior volume de testes	- Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Quadro 1 - Diferenças entre auditor interno e externo

Fonte: Almeida (2012, p. 06).

Como se podem observar as diferenças entre auditor interno e externo são de grande relevância, uma das principais diferenças do auditor interno e externo é volume de testes de cada, pois o auditor interno tem maior volume testes por estar trabalhando dentro da entidade consegue auxiliar, os diretores na tomada de decisões, já o auditor externo tem menor volume de testes, por ser contratado em determinado período de tempo, mas através de sua opinião ajuda a empresa em como melhorar suas finanças e como resolver os problemas.

As principais diferenças no trabalho do auditor interno e do auditor externo citadas por Crepaldi (2011, p. 39) são:

a) Extensão dos trabalhos: a finalidade dos trabalhos feitos pelo auditor interno normalmente é determinado pela gerência, enquanto a extensão do exame do auditor externo é determinado pelas normas usuais reconhecidas no país ou requerido por

legislação específica;

b) Direção: o auditor interno dirige seus trabalhos para assegurar que o sistema contábil e de controle interno funcione eficientemente, a fim de que os dados contábeis fornecidos à gerência apresentem os fatos com exatidão. Os trabalhos do auditor externo, entretanto, são determinados por seu dever de se satisfazer com que as demonstrações contábeis a serem apresentadas a terceiros, como por exemplo a acionistas, investidores, fornecedores, à fiscalização, reflitam com propriedade a situação contábil de uma empresa em certa data, e os resultados das operações do período examinado;

c) Responsabilidade: a responsabilidade do auditor interno é para com a gerência, ao passo que a responsabilidade do auditor externo geralmente é mais ampla. É evidente que auditor interno, sendo funcionário da empresa, não tem a condição de total independência que possui o auditor externo;

d) Métodos: não obstante as diferenças apontadas, os trabalhos de ambos são efetuados em geral por métodos idênticos. O auditor interno segue mais as rotinas de cunho interno, ou seja, observa o cumprimento rígido das normas internas, pois ele tem domínio da cultura da empresa, enquanto o auditor externo observa mais o cumprimento das normas associadas às leis de forma bem ampla, ele tem melhor domínio dos aspectos de interesse coletivo.

Portanto, pode-se observar que não são auditorias completamente diferentes, cada uma possui suas características e a principal diferença entre a auditoria interna e externa, é o grau de independência de uma e a dependência da outra.

2.2 CONTROLE INTERNO

De uma forma cada vez mais crescente, começa-se a dar a devida importância aos métodos científicos, utilizados para a administração, embora seja praticamente desconhecida uma interpretação clara de controle interno. Às vezes imagina-se controle interno como sinônimo de auditoria interna. (ATTIE, 2011, p. 188).

Attie (2011, p. 188) complementa dizendo que é uma ideia totalmente errada, pois a auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e avaliação dos controles internos normalmente executados por um departamento especializado, ao passo que controle

interno se refere a procedimentos adotados pela organização da empresa como planos permanentes.

Segundo Nascimento e Reginato (2010), o fato é que os controles internos deixaram de ser sinônimo de uma simples burocracia que atrasa as atividades operacionais, elevando-se o seu status à categoria de instrumento indispensável para a gestão empresarial.

2.2.1 Conceito e Definição sobre Controle Interno

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA (apud CREPALDI, 2011, p. 188), afirma que:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Segundo Almeida (2012, p. 57) o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos e rotinas com o objetivo de proteger os ativos da empresa, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração a conduzir de maneira correta os negócios da empresa.

São todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os fatos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio. (CREPALDI, 2011, p. 376). Migliavacca (2002, p. 17) conceitua os controles internos como sendo:

O planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção.

O controle interno, segundo Attie (2010, p. 195) possui quatro objetivos básicos: Salvaguarda dos interesses da empresa; Precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes.

De acordo com Deloitte (2003, p. 13), os controles internos conforme definidos pelo

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*¹ compreendem todo processo conduzido pela diretoria, conselhos, com o objetivo de prover uma razoável garantia com relação ao cumprimento de metas que estão relacionadas à:

- eficácia e eficiência das operações;
- confiabilidade na elaboração e apresentação dos relatórios financeiros;
- conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis.

A seção 404 do COSO define controle interno como um processo, em que tais controles são conduzidos por pessoas e são gerados para alcançar objetivos em uma categoria específica. Os controles internos são um meio para atingir um fim e não um fim em si mesmo, e não são meramente um manual de políticas e um conjunto de formulários, mas o resultado da interação de pessoas em todos os níveis da organização, inclusive do conselho de administração, a administração e os membros do quadro de pessoal em geral. (DELOITTE, 2003).

Nascimento e Reginato (2010, p. 149) citam que os controles internos na empresa, têm mais do que uma função, pois além de ser base de sustentação para a tomada de decisão, visam ao acompanhamento do adequado uso dos recursos colocados à disposição dos funcionários para as execuções de suas atividades, bem como detectar situações nas quais os ativos não estejam sendo aplicados exclusivamente nas operações da empresa.

Os controles internos são métodos indispensáveis para uma boa gestão, pois permitem que os gestores tomem decisões corretas, ajudam no crescimento de seus investimentos, demonstram a situação real da empresa e também permitem uma diminuição dos riscos. Um bom controle interno acima de tudo ajuda a proteger os ativos da empresa.

Os controles internos, portanto ajuda as empresas a identificar as políticas e procedimentos que permitem garantir que todas as normas estabelecidas pela administração sejam seguidas e devidamente respeitadas, e também os controles internos são ferramenta importante para a entidade, pois asseguram a confiabilidade de suas demonstrações contábeis.

¹ (COSO) é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, da efetividade dos controles internos e governança corporativa, além disso, é encarregada de estudar fatores que podem levar à geração de relatórios fraudulentos e elaborar recomendações para as empresas abertas, para seus auditores, instituições educacionais e outros reguladores.

2.2.2 Importância do Controle Interno

Crepaldi (2011, p. 385) diz que pode-se entender como a importância do controle interno no momento em que se certifica que é ele que pode garantir a continuidade do fluxo das operações que as empresas possuem. Diante disso, a contabilidade dos resultados gerados por tal fluxo assume forte importância para os empresários que se utilizam dela para a tomada de suas decisões. Com isso, entende-se que toda empresa possui controles internos, sendo que em algumas eles são adequados e em outras não.

Segundo Attie (2011), a importância do controle interno fica acessível a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

Conforme Crepaldi (2011), um sistema de contabilidade que não esteja ligado em um eficiente controle interno é, até certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar nas informações contidas em seus relatórios. Informações contábeis distorcidas podem gerar conclusões erradas e danosas para a empresa.

O controle interno é importante nas atividades das organizações, segundo Migliavacca (2002), porque contribui para: salvaguarda dos ativos; o desenvolvimento dos negócios; o resultado das operações.

Por isso que a administração da empresa tem a responsabilidade pela implantação de um bom e eficiente sistema de controle interno, e também pelo cumprimento dos seus funcionários do mesmo.

Nascimento e Reginato (2010) dizem que o fator que pode fazer a diferença entre uma informação segura para a tomada de decisões de outra que não o seja é justamente a força do sistema de controles internos. Na medida em que ele seja coerente, e que proteja a gestão através de meios de detecção de erros operacionais não descobertos pelo banco de dados da empresa, que atinjam a qualidade da informação, e que confirmem para preveni-los, tornar-se pilar central da contabilidade e de outras fontes de informações, por afirmarmos que todos os movimentos quantificáveis estejam devidamente registrados.

Portanto, pode-se observar que a administração da empresa deve buscar um adequado sistema de controle interno, pois com este sendo eficiente ele ajuda a empresa na emissão correta dos procedimentos, a fim de evitar possíveis erros, e no caso da existência dos mesmos, estes poderão ser detectados e corrigidos. A contabilidade tem seu trabalho

reconhecido como controle administrativo.

2.2.3 Princípios Fundamentais dos Controles internos

As organizações são responsáveis pelo desenvolvimento, orientação e manutenção dos controles internos aplicados aos processos existentes, por isso deve-se estar sempre reavaliando os mesmos com o intuito de adaptá-los às mudanças da instituição, desta forma o controle interno impõe alguns princípios que geralmente são aplicados nas empresas e que determinam que eles (procedimentos controles internos) alcancem os objetivos para os quais foram criados.

Cita Sá (1998, p. 107) que dentre os princípios de controle interno estão:

- A existência de planos de organização com adequadas distribuições de responsabilidades;
- Regimes de autorização e registros que sejam capazes de assegurar o controle dos investimentos, financiamentos, e dos sistemas de resultado e metas;
- Zelo do profissional no que diz respeito as funções a ele atribuídas;
- Qualidade e responsabilidade das pessoas em níveis adequados a sua capacidade.

O Quadro 2, apresenta de acordo com Crepaldi (2000, p. 212) os princípios fundamentais do controle interno:

Controle Interno a ser Adotado	Motivo
a) devem ser fixas as responsabilidades.	Se não existe delimitação extra, o controle será deficiente.
b) a contabilidade e as operações devem ser separadas.	Um empregado não deve ocupar um posto em que tenha controle da contabilidade e, ao mesmo tempo, controle das operações que ocasionam lançamentos.
c) controles cruzados. Por exemplo, as vendas diárias devem ser acumuladas e confrontadas ao final do período com a soma das etiquetas das mercadorias entregues.	Devem ser utilizadas todas as provas disponíveis para se comprovar a exatidão, visando assegurar que as operações foram registradas corretamente na contabilidade.
d) nenhuma pessoa individualmente deve ter completamente a seu cargo uma transação comercial.	Qualquer pessoa, deliberadamente ou inadvertidamente, cometerá erros; entretanto, é provável que se descubram os erros se o manejo de uma transação está dividido entre duas ou mais.
e) deve-se escolher e treinar cuidadosamente os empregados.	Um treinamento cuidadoso oferece como resultados: melhor rendimento, custos reduzidos e empregados mais atentos e ativos.
f) se for possível: Deve haver rotatividade entre os empregados destinados a cada trabalho. Deve ser imposta a obrigação de usufruto de férias para todas as pessoas que ocupam postos de confiança.	Isso reduz as oportunidades de fraude e indica a adaptabilidade do empregado.
g) as instruções de operações para cada cargo devem ser sempre fornecidas por escrito.	Os manuais de procedimentos fomentam a eficiência e evitam erros ou interpretações erradas.

Quadro 2 - Os princípios e fundamentos do controle interno

Fonte: Crepaldi (2000, p. 212-213).

Diante dos conceitos expostos, a administração bem como o auditor deve sempre se voltar aos princípios do controle, e para a efetiva importância que esses princípios têm perante o processo de controles, de forma que todos os procedimentos efetuados pelas pessoas se norteiem sobre estes, resultando nos reais objetivos que almejam os interessados.

Almeida (2012) aponta os principais princípios de controle interno:

a) Responsabilidade

As atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização. (ALMEIDA, 2012, p. 58).

Para Almeida (2012) as razões que definem essas atribuições são:

- assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;
- detectar erros e irregularidades;
- apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

Crepaldi (2011) apresenta alguns exemplos de tarefas internas de controle, para as quais precisam ser definidos os empregados responsáveis:- aprovação de aquisição de bens e serviços; execução do processo de aquisição; certificação do recebimento de bens ou prestação de serviço pagamento ao fornecedor; aprovação de venda; preparo da nota fiscal de venda, fatura e duplicata; controle de cobrança de vendas a prazo; recebimento de numerário; controle dos registros de empregados; determinação dos valores a pagar aos empregados; controle físico sobre os ativos; registro contábil das operações da empresa.

Segundo Attie (2011), as funções devem ser definidas em todos os níveis da empresa, indiferentemente se o cargo é de alto nível, a posição não deve ser confundida com a verdadeira responsabilidade.

A definição da responsabilidade de cada um é fundamental dentro da entidade, pois assim é possível controlar que cada funcionário limite-se a sua função, sendo assim mais fácil de localizar se houver erro de onde ele vem e assim identificar o responsável.

b) Rotinas internas

Segundo Almeida (2012) a empresa deve definir no manual de organização todas as suas rotinas internas. Essas rotinas compreendem formulários internos e externos, como, por exemplo: requisição de aquisição de material ou serviços; formulário de cotação de preços; ordem de compra; boletim de fundo fixo e de caixa; pedido de vendas; adiantamento para viagem; relatório de prestação de contas de adiantamento para viagem; compra no país e no exterior; contas a pagar; programação financeira; caixa; controle de faturamento; crédito e cobrança; vendas; fiscal; almoxarifado; controladoria.

A empresa, portanto deve optar pela determinação das rotinas internas, cada tarefa que cada funcionário deverá realizar, seguindo os manuais, para que isso ajude a organização a reduzir o tempo das mesmas, devendo ser de conhecimento de todos, desde o chefe até o restante do setor.

c) Acesso aos Ativos

Para Crepaldi (2011), a empresa deve limitar dos funcionários a seus ativos e

estabelecer controles físicos sobre esse. O acesso aos ativos da empresa representa: manuseio de numerário recebido antes de ser depositado em conta corrente bancária; emissão de cheque sozinho (única assinatura); manuseio de assinados; manuseio de envelopes de dinheiro de salários; custódia de ativos.

Almeida (2012, p. 61) cita que são exemplos de controles físicos sobre ativos: local fechado para o caixa guarda de títulos em cofre, à fábrica deve ser totalmente cercada e na saída os funcionários ou terceiros com embrulhos e carros devem ser revistados.

Crepaldi (2011) diz que, o acesso aos ativos pode se dar de forma direta ou indireta, por meio de preparação de documentos que autorizam sua movimentação.

d) Segregação de funções

A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno. (ALMEIDA, 2012, p. 61).

Ainda Almeida (2012), diz que:

Os registros contábeis compreendem o razão geral e os registros inicial, intermediário e final. O acesso a esses registros contábeis representa as pessoas que os preparam ou manuseiam informações que servem de base para sua elaboração, em circunstâncias que lhes permitem modificar os dados desses registros. Por exemplo, caso o funcionário tivesse acesso aos ativos e registros contábeis, ele poderia desviar fisicamente o ativo e baixá-lo contabilmente para despesa, o que levaria a ocultar permanentemente essa transação.

De acordo, com o CRC-SP/IBRACON (2000), uma estrutura organizacional exige a separação de responsabilidades incompatíveis para fins de controle. A inexistência de separação de funções enfraquece os controles internos, possibilitando fraudes e erros, intencionais ou não.

e) Confronto dos ativos com os registros

Para Crepaldi (2011) a empresa deve estabelecer métodos de forma que os ativos, sob a responsabilidade de alguns funcionários, sejam periodicamente confrontados com os registros da contabilidade. O objetivo desse procedimento é detectar desfalque de bens ou até mesmo registro contábil inadequado de ativos.

Almeida (2012) relata que a empresa deverá estabelecer procedimentos de forma que seus ativos, sob a responsabilidade de alguns funcionários, sejam confrontados com os registros contábeis constantemente. O objetivo desse procedimento é verificar desfalques de

bens e até mesmo registros contábeis inadequados.

O confronto de ativos permitirá que a empresa tenha certeza de que os bens registrados contabilmente realmente existam na entidade.

O cumprimento desse procedimento de controle deve ser efetuado por funcionários que não têm acesso aos ativos.

f) Amarrações do sistema

O sistema de controle interno deve ser conhecido, de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência. (ALMEIDA, 2012, p. 62).

Para Crepaldi (2011) todas as etapas de um sistema de controle interno devem estar interligadas, dependendo da conferência entre um e outro, mediante que as operações registradas deverão ser autorizadas pelos superiores e dentro do período de competência.

2.2.4 Limitações do controle interno

Segundo Crepaldi (2011) as limitações do controle interno são, principalmente, com relação a:

- conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa;
- instrução inadequada dos funcionários com relação às normas internas;
- negligência dos funcionários na execução de suas tarefas diárias.

O custo da vigilância excessiva pode ser maior do que a ocorrência do roubo. O auditor precisa, nesses casos, conhecer as razões e aceitá-las dentro de fundos de riscos que deve sugerir (se não houver) sejam adotadas. (SÁ, 2002, p. 128).

De acordo com Franco e Marra (2001) os sistemas contábeis e de controle interno não podem dar a administração evidências conclusivas de que os objetivos foram atingidos, pois, têm limitações inerentes que incluem:

- a) Exigência da administração de que os custos do controle não excedam os benefícios obtidos;
- b) A maioria dos controles são direcionados para as operações de rotina e as não rotineiras ficam a mercê das fraudes;

- c) Erro humano devido a descuido, distração, erros e julgamentos e instruções mal entendidas;
- d) A possibilidade de contornar os controles, através de conluio de funcionários e administradores;
- e) A possibilidade de abuso de responsabilidade passando por cima do controle;
- f) A possibilidade de os procedimentos se tornarem inadequados e se deteriorarem.

Fica cada vez mais evidente que as empresas precisam adotar controles internos de qualidade e que sejam eficientes, pois são peças importantes para a administração para que assim possa se ter mais controle sobre a sua empresa tendo maior credibilidade.

2.2.5 Levantamento e avaliação do sistema de controle interno

A avaliação servirá para indicar se o controle oferece segurança necessária no que diz respeito aos registros e operações da empresa, e se seguem os manuais internos da entidade, sendo que na avaliação o auditor utiliza de questionários ou entrevistas aplicadas aos colaboradores.

Crepaldi (2011, p. 396) as empresas de auditoria normalmente preparam questionários padrões de controle interno para serem preenchidos pelos auditores. Esses questionários funcionam como um guia, a fim de evitar que se omita a avaliação de uma parte importante das operações da empresa, e também servem para padronizar a forma de descrição do sistema.

Conforme Crepaldi (2000, p. 225) “estes questionários têm como finalidade auxiliar a avaliação da eficiência ou adequação dos controles internos (operacionais e contábeis) do cliente”.

Segundo Almeida (2003, p. 73) a avaliação do controle interno compreende:

- determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer;
- verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades;
- analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades, a fim de determinar natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria;
- emitir relatório-comentário dando sugestões para aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

Afirma Sá (1998, p. 105) que “quanto melhor o controle, mais segurança para o trabalho. Quanto menor o controle, mais cuidado será exigido na execução das tarefas. A profundidade dos exames é, pois, guiada pela “avaliação” que fazemos do controle interno”.

Quanto mais eficientes os controles internos da empresa, mais segurança o auditor terá na aplicação dos exames. Sendo que esta eficiência se torna economia de tempo na execução dos trabalhos, e em consequência barateamento do custo de auditoria.

2.3 CONTROLE INTERNO PARA O IMOBILIZADO

Segundo Crepaldi (2011) o auditor precisa revisar o controle interno com a finalidade de saber a confiabilidade do controle interno, para a definição dos procedimentos de auditoria, a extensão dos trabalhos e o momento da aplicação.

Para Nascimento e Reginato (2007), é fundamental destacar a atuação do controle sobre os bens patrimoniais, que tem a função de monitorar todas as atividades de acordo com os princípios e ciclos estabelecidos.

Attie (2011) a título de exemplo, seguem alguns pontos de controle interno que podem ser comumente encontrados na área do imobilizado:

- Contagens físicas periódicas;
- Balanceamento periódico entre as fichas individuais do imobilizado com os registros contábeis;
- Sistema de autorização para aquisições e vendas de bens do imobilizado;
- Sistema de comunicação para os casos de transferências, obsolescência ou baixas de bens do imobilizado;
- Limites definidos de capitalização quanto a valores e tempo de vida útil; e
- Segregação de funções entre o setor de compras e a recepção dos bens do imobilizado.

De acordo com o CRC-SP (2000, p. 24-25), alguns dos procedimentos que a contabilidade pode assumir para integrar-se ao controle interno do ativo imobilizado, em que a finalidade maior é a de proteger o patrimônio da empresa, são:

- Coletar informações físicas e objetivas sobre o procedimento de aquisição: solicitação, autorização, tomada de preços e cotações, recepção, faturamento e pagamento e, com base nelas, preparar relatório periódico das incorporações e obras em andamento mais significativo;
- Preparar relatório global semestral ou anual (dependendo do volume de imobilizado e de sua importância relativa da empresa), resumindo a movimentação das contas do Imobilizado: custo histórico (ou corrigido), reavaliações, depreciações e amortizações;
- Reconciliar os montantes de depreciação do período escolhido (semestre ou ano) para o relatório acima com os débitos às contas de resultado e/ou custos de fabricação;
- Designação de funcionários experientes para formular normas para proceder a levantamentos físicos periódicos e para acompanhar a reconciliação posterior das quantidades contadas com aquelas que compõem os saldos contábeis.

Crepaldi (2011) complementa que, os controles supracitados não são os únicos existentes, ou seja, o auditor ao realizar a avaliação do controle interno, deverá identificar se realmente os controles existentes funcionam, medir as possíveis deficiências para determinação dos riscos envolvidos e quais os procedimentos de auditoria a praticar para formação de opinião adequada.

Os principais procedimentos de proteção e controle de ativos na concepção de Nascimento e Reginato (2010, p. 166) são:

- a) 'Cadastramento imediato do bem no sistema de controle de ativos fixos, bem como a respectiva identificação com placa contendo o número do ativo;
- b) Identificação do usuário e sua aceitação do "termo de responsabilidade" pelo uso do ativo;
- c) Estabelecimento de normas formais para o uso de ativos fora das instalações da empresa;
- d) Normas formais para a transferência física de ativos entre setores da empresa;
- e) Normas formais para a inspeção e a manutenção física de ativos;
- f) Autorização formal da administração para a baixa de bens por quebra ou obsolescência;
- g) Autorização formal da administração para as vendas de bens do ativo imobilizado;
- h) Normas formais para a realização de inventários físicos dos ativos;
- i) Emissão dos relatórios de contagens físicas dos bens.

Diante disso, conclui-se que, todas as organizações necessitam de algum meio de controle sobre seu imobilizado sendo que estes devem ser adaptados à realidade e rotina da

organização. Desta forma os controles do imobilizado envolvem os procedimentos a serem adotados desde a sua aquisição, guarda, manutenção, controle até a venda ou baixa.

2.4 IMOBILIZADO

Almeida (2012) diz que os bens do imobilizado representam normalmente uma parte significativa dos ativos de uma empresa, principalmente no caso de indústria. Esses bens têm uma permanência longa na companhia, não são destinados às vendas e são utilizados para manutenção de suas atividades.

Motta (1992, p. 122) relata que “o ativo imobilizado representa a maior parte dos investimentos numa empresa, pois é constituído dos equipamentos e demais utensílios e imóveis à atividade econômica da empresa”.

As práticas de contabilidade aplicáveis ao ativo imobilizado são regulamentadas pelo pronunciamento técnico CPC 27.

De acordo com a NBC TG 27, o ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção e fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, e que se espera utilizar por mais de um período.

Para Nascimento e Reginato (2007), é fundamental destacar a atuação do controle sobre os bens patrimoniais, que tem a função de monitorar todas as atividades de acordo com os princípios e ciclos estabelecidos.

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbecke (2009, p. 190) a Lei nº6.404/76 em seu art. 179, item IV, conceitua como as contas a serem classificadas no ativo imobilizado: “os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controles desses bens.”

Segundo a NBC TG 27 cita que os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e aos valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

2.4.1 Depreciação acumulada

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a diminuição do valor dos elementos do imobilizado deve ser registrada periodicamente nas contas de depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objetivo bens físicos sujeitos aos desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. (ATTIE, 2011, p. 494).

Pode-se observar com este conceito que a depreciação é aquela contabilizada periodicamente e que corresponde ao desgaste físico ou perda por uso ou obsolescência.

Almeida (2012, p. 262) a razão de depreciar um bem é porque a maioria dos bens do ativo imobilizado, com exceção de terreno, tem uma vida útil limitada. A vida útil representa o tempo que o bem será utilizado pela empresa em circunstâncias normais.

Segundo a NBC TG 27, cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.

Ainda Almeida (2012) cita que a deterioração é o desgaste físico do bem e a obsolescência é o processo pelo qual o bem se torna ultrapassado em função do desenvolvimento de novas tecnologias ou de processos de maiores aperfeiçoamentos.

De acordo com Attie (2011, p. 494) no Brasil, a prática da depreciação tem sido em função daquela aceita como dedutível pelas autoridades fiscais, sem as companhias se importarem com o desgaste efetivo dos bens do imobilizado.

Portanto a depreciação e a classificação dos bens do ativo imobilizado efetuadas de maneira correta permitem que as demonstrações contábeis sejam analisadas de forma confiável para a tomada de decisões das empresas.

2.4.2 Teste de recuperabilidade

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 202), define ativo imobilizado no sentido que “a teoria contábil determina que algum elemento patrimonial (tangível ou intangível) somente pode ser considerado um ativo contábil, entre outros se proporcionarem à entidade que o controla a possibilidade de se obter benefícios futuros”.

O teste de recuperabilidade tem como objetivo definir os procedimentos visando

assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele, passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a empresa deve imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. (HOOG, 2011).

A NBC TG 01 o objetivo desta norma é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação e define valor recuperável como sendo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Portanto os valores dos itens do ativo imobilizado devem estar sempre atualizados e representados pelo valor justo de seus itens e demonstram a verdadeira situação da empresa, permitindo que as demonstrações contábeis sejam analisadas de maneira confiável para assim os administradores realizem a tomada de decisões de forma correta.

2.4.3 Auditoria do Imobilizado

Perez Junior (2011, p. 146) cita que os ativos que são integrados no imobilizado os bens corpóreos utilizados na atividade da empresa que tenham vida útil estimada superior a um ano e que não sejam destinados à venda. Desse modo, são considerados itens do imobilizado: terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, veículos, instalações, ferramentas, móveis e utensílios, embarcações e outros bens de uso.

Crepaldi (2011) diz que tratando-se da primeira auditoria, o trabalho nesta área deve abranger todo o imobilizado e checagem do controle contábil, e após pode-se fazer por amostragem.

Ainda Crepaldi (2011), na primeira auditoria, o exame da documentação deve ser muito cuidadoso. Além da verificação própria, o auditor pode recorrer ao auxílio de especialistas. Em qualquer caso o auditor deve obter através da empresa, carta do advogado da mesma, esclarecendo e confirmando as condições de propriedade do imóvel e a eventual existência de ônus ou qualquer outra restrição a essa propriedade.

Franco e Marra (2001) cita que os objetivos básicos do imobilizado é:

- Assegurar de que o custo corrigido desses bens não representa superavaliação e que

as depreciações acumuladas não estão subavaliadas;

- Constatar a existência, posse e propriedade dos bens, bem como a existência, ou não, de ônus, caso exista, sua natureza e extensão;
- Examinar a adequação de contabilização dos custos, correção e depreciação de bens, sua classificação contábil, consideradas a natureza, vida útil e utilização dos mesmos; e
- Estudar e avaliar o controle interno existente para os bens do imobilizado.

Segundo Attie (2011, p. 474), a auditoria do imobilizado tem as seguintes finalidades:

- a) Determinar sua existência física e a permanência em uso;
- b) Determinar se pertence à empresa;
- c) Determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade;
- d) Determinar se o imobilizado não contém despesas capitalizadas e, por outro lado, as despesas não contêm itens captáveis;
- e) Determinar se os bens do imobilizado foram adequadamente depreciados e atualizados em bases aceitáveis;
- f) Determinar a existência de imobilizado penhorado, dado em garantia ou com restrição de uso; e
- g) Determinar se o imobilizado está corretamente classificado no balanço patrimonial e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas.

Para Nascimento e Reginato (2007), é fundamental destacar a atuação do controle sobre os bens patrimoniais, que tem a função de monitorar todas as atividades de acordo com os princípios e ciclos estabelecidos.

O planejamento dos trabalhos de auditoria na área do imobilizado deve ser coordenado com o de outras áreas, transações ou contas. Desse modo, o exame de depreciação, amortização e exaustão deve ser coordenado com o do teste de custeio da produção e despesas operacionais. (PEREZ JUNIOR, 2011, p. 148).

Segundo Attie (2007, p. 159) o exame físico é a verificação *in loco*; deverá proporcionar ao auditor a formação de opinião quanto à existência física do objeto ou item

examinado. O exame físico realizado pelo auditor deve conter as seguintes características:

- a) **Quantidade:** a apuração das quantidades reais existentes fisicamente, somente se dando por satisfeito após apuração adequada.
- b) **Existência Física:** comprovação, através da constatação visual, de que o objeto ou item examinado existe realmente.
- c) **Identificação:** comprovação através do exame visual do item específico a ser examinado.
- d) **Autenticidade:** poder de discernimento de que o item ou objeto examinado é fidedigno.
- e) **Qualidade:** exame visual de que o objeto examinado permanece em uso, está deteriorado e merece fé.

Almeida (2012, p. 282) cita que a verificação da existência física serve para determinar que os registros contábeis estejam corretos e seus valores adequados.

Ainda de acordo com Almeida (2012), no teste de aquisições devem ser selecionados os itens a serem testados. Verifique se os gastos com manutenção e os gastos com reparos não aumentam a vida útil do bem e, por isso, devem ser tratados como despesa do ano. E também inspecionar a documentação comprobatória.

Almeida (2012, p. 283) descreve alguns procedimentos de auditoria para o teste das depreciações:

- Verificar se a vida útil, estabelecida para cada classe de bens, é adequada e está consistente com o ano anterior;
- Verificar se as benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com o prazo do contrato de aluguel;
- Verificar se o método de depreciação está de acordo com os princípios contábeis e é consistente com o ano anterior;
- Verificar a razoabilidade da classificação da depreciação e identifique-se nas contas do razão de custo de produção e despesa do período;
- Efetuar o cálculo global da depreciação.

Obter certidões negativas dos imóveis para a data do exame. Verificar se nessas certidões negativas os imóveis estão em nome da empresa e se existem ônus sobre os

mesmos. Caso exista, observar se a transação foi devidamente aprovada. Na hipótese do imóvel ter sido dado em garantia de um financiamento, certificar de que o financiamento foi registrado no passivo e que essa informação foi divulgada em nota explicativa das demonstrações financeiras. (ALMEIDA, 2012, p. 285).

2.5 REVISÃO ANALÍTICA

A NBC TA 520 trata da responsabilidade do auditor em realizar procedimentos próximos do final da auditoria que o auxiliam formar uma conclusão geral sobre as demonstrações contábeis.

Também a NBC TA 520 cita que os objetivos do auditor são: obter evidência de auditoria relevante e confiável ao usar procedimentos analíticos substantivos; e planejar e realizar procedimentos analíticos próximo do final da auditoria que auxiliam o auditor a formar uma conclusão geral sobre se as demonstrações contábeis são consistentes com o entendimento que o auditor possui sobre a entidade.

Almeida (2012, p. 409) o objetivo da revisão analítica é detectar e analisar situações anormais e significativas descobertas nas demonstrações contábeis, mais precisamente nas contas do balanço patrimonial e nas da demonstração do resultado do exercício.

Através da revisão analítica o auditor é auxiliado para identificar áreas com prioridades ou com problemas, onde, portanto deverá redobrar sua atenção.

Segundo Attie (2007) a revisão analítica é um instrumento que auxilia no planejamento e na análise, é usada para estabelecer o escopo da auditoria. Inicialmente, pode mostrar ao auditor a existência de um risco importante que mereça atenção e profundidade em seu exame, contraposto a outros riscos que possam mostrar ter menor significado no trabalho como um todo.

A época de realização da revisão analítica deve ser feita antes dos testes nas contas do passivo, ativo, receitas e despesas, e ser efetuada na visita preliminar, de maneira que ajude o auditor no seu planejamento de auditoria. E deve ser complementada na visita final.

De acordo com Almeida (2012), para o levantamento de dados para a revisão analítica o auditor deve preparar ou obter um papel de trabalho com as seguintes informações: saldos das contas do balanço patrimonial; valor mensal por conta das receitas e

despesas; e valor total por conta das receitas e despesas. Portanto o auditor deve conferir as somas desses papéis de trabalho e suas informações com o razão geral e os papéis de trabalho do ano anterior.

Se a empresa opera de maneira normal, é de se esperar que as contas do ativo, passivo, receitas e despesas se comportem regularmente, porém podem acontecer situações anormais e que preocupam os auditores como: registro de transação fora dos princípios de contabilidade; mudança na aplicação de um princípio contábil; erro; e irregularidade. (ALMEIDA, 2012, p. 410).

Almeida (2012) cita que o auditor deve revisar as receitas e despesas mensais e comparar o total dessas contas e das do balanço com os valores das contas do ano anterior. O auditor deve também estabelecer o inter-relacionamento entre as contas e transações como:

- vendas e contas a receber;
- compras e fornecedores a pagar;
- custo das vendas e estoques;
- despesas financeiras e empréstimos a pagar;
- impostos sobre vendas (ICMS, IPI, ISS, PIS, COFINS, etc.) e vendas;
- custos das vendas e vendas;
- despesas com vendas e vendas;
- salários e encargos sociais (INSS e FGTS);
- impostos sobre o lucro e resultado antes desses impostos.

Além dos procedimentos de auditoria citados, o auditor deve calcular os índices econômico-financeiros, como parte do serviço de revisão analítica. Agora de acordo com Almeida (2012) passaremos a comentar os principais índices, no Quadro:

ÍNDICE	FÓRMULA	Informação do Indicador
Índice de liquidez corrente	$\frac{AC}{PC}$	Índice de capacidade financeira da empresa para saldar as obrigações em curto prazo. Um alto índice normalmente representa uma boa situação.
Índice de valores e bens	$\frac{VB}{CCL}$	Índice da dependência do capital circulante líquido em relação aos valores e bens.
Índices de capitais próprios	$\frac{PL}{TA}$	Índice da parcela dos ativos que foi financiada por recursos próprios. Um baixo índice representa que a empresa está bastante endividada.
Índice de aplicações permanentes	$\frac{AP}{PL}$	Índice de participação dos capitais próprios no financiamento dos recursos aplicados em investimentos, ativo imobilizado e ativo intangível. Um alto índice poderá evidenciar problemas de caixa.
Índice de lucratividade das vendas e serviços	$\frac{LLE}{RLVS}$	Índice de rentabilidade das vendas.
Índice de lucratividade do patrimônio	$\frac{LLE}{PL}$	Índice da rentabilidade dos recursos próprios. O auditor deve utilizar o patrimônio líquido médio do período, para fins de obter um índice mais representativo.
Índice de rotação dos fornecedores	$\frac{CP\ 365\ dias}{FP\ (média)}$	Índice do prazo médio de pagamento da compras.
Índices de utilização do ativo imobilizado	$\frac{RLVS}{AI\ (média)}$	Índice do grau de geração de receita e do nível de utilização dos bens do ativo imobilizado.
Índices de compatibilidade do volume de operações e dos recursos próprios	$\frac{RLVS}{PL}$	Índice de adequação do patrimônio líquido em relação ao volume de receitas.
Índice de compatibilidade do volume de operações e do capital circulante	$\frac{RLVS}{CCL}$	Índice da adequação do capital circulante líquido em relação ao volume de receitas.

Quadro 3 - Índices de revisão analítica

Fonte: Almeida (2012).

Pode-se observar que esses índices podem ser analisados com os índices de anos anteriores da mesma empresa e por isso é que auxiliam os auditores sobre as movimentações e mudanças incomuns que ocorrem dentro da empresa, e também facilita para que o auditor expresse sua opinião ou que faça sugestões para melhorias e aperfeiçoamentos.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado o procedimento metodológico, no sentido de fornecer suporte ao alcance dos objetivos. Apresenta-se nos próximos itens a classificação da pesquisa quanto: ao delineamento, procedimentos e técnica de coleta de dados, análise e interpretação dos dados e limitações do método.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O objetivo principal da pesquisa é a realização de procedimentos de auditoria ativo imobilizado de uma empresa de pequeno porte, ressaltando a importância de se ter controles sobre as contas, garantindo assim a continuidade dos negócios e sugerindo possíveis mudanças e melhorias.

Para Gil (2010), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população, podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis. São em grande parte as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente entram nessa categoria.

Portanto essa pesquisa se caracteriza como descritiva, para que a empresa possa entender melhorar seus controles e procedimentos, para representar detalhadamente o sistema de controle interno no imobilizado para identificar as possíveis diferenças e também a natureza das mesmas.

Quanto à abordagem do problema, classificaram-se como qualitativas, que segundo Diehl e Tatim (2004), podem ser definidas como aquela que descreve as dificuldades de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os

processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitando em maior grau de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A abordagem do problema se caracterizou como pesquisa qualitativa, pois foi feito um levantamento e a descrição dos controles internos da empresa e também será avaliada a situação econômica e financeira da mesma, com os dados coletados nas demonstrações contábeis as quais será apresentada em tabelas.

A natureza da pesquisa se caracterizou como aplicada, a qual, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 65), o pesquisador preocupa-se em gerar conhecimento para aplicação prática, sendo que “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos”.

A pesquisa apresenta-se como um estudo de caso na Empresa Transportes ZM Ltda, localizada na cidade de Marau-RS, que segundo Gil (2010, p. 37) “ o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais. Consiste num estudo completo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados ”

O estudo de caso permite que se possa ver de forma detalhada todos os controles internos da empresa, permite entender como são desenvolvidas as atividades da empresa em relação à correta organização e clareza dos documentos da entidade e evitando assim erros e fraudes.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados deve ser bem planejada, pois através dela pode-se oferecer informações e dados úteis para eficiência da empresa.

Para Cervo e Bervian (2002, p. 44) “a coleta de dados ocorre após a escolha e delimitação do assunto, a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos, a formulação do problema e das hipóteses e a identificação das variáveis”.

Conforme Diehl e Tatim (2004) existem diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados a fim de se obter informações, afirma ainda que, as técnicas de coleta de dados devem ser escolhidas e aplicadas conforme o contexto da pesquisa, e a

eficácia dependem da sua utilização adequada.

Ainda segundo Gil (2010, p. 120), na maioria dos estudos de caso, a coleta de dados é feita mediante entrevistas, análises de documentos, formulários e questionários.

Para a coleta de dados foram utilizados os documentos fornecidos pela empresa e por sua contadora, tais como as demonstrações contábeis, relatórios auxiliares, razões contábeis. Também foi aplicado um questionário de avaliação dos controles internos e adaptado de (ATTIE, 1998 e SÁ 2000), padrão de auditoria, constante do Apêndice A.

O questionário analisou a efetividade dos controles internos quanto à proteção, registro e controle dos ativos imobilizados.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Segundo Diehl e Tatim (2004, p. 82), na pesquisa de caráter tanto quantitativo quanto qualitativo, existe a necessidade de organizar os dados coletados para que eles possam ser interpretados pelo pesquisador. Existem formas específicas de análise dos dados, os quais são ajustados aos diferentes tipos de pesquisa e material colhido.

Após a coleta de dados, eles tiveram que ser interpretados e analisados, de maneira que possibilitem fornecer as respostas do problema proposto. O mesmo foi comparado com a literatura existente e, dessa forma, foram apresentadas sugestões de melhorias ou implantação de novos controles.

Foi realizada, ainda, avaliação dos controles internos existentes quanto a sua efetiva utilização na empresa, apresentando, assim, o grau de confiabilidade dos mesmos.

A análise financeira da empresa foi analisada com base nas indicações da literatura sobre análise das demonstrações financeiras.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Yin (2001) salienta que existe a dificuldade de generalização, pois a análise de um único caso fornece uma base muito pequena e frágil para que seja generalizado, porém, acrescenta que o papel do estudo de caso é expandir ou generalizar proposições teóricas.

De acordo com Yin (2001), existem ainda contra o estudo de caso algumas restrições, pois o mesmo não tem procedimentos metodológicos rígidos. Salienta que, neste caso, é importante que o pesquisador aumente o cuidado no planejamento, coleta e interpretação dos dados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado o histórico da empresa, funcionamentos dos estoques da empresa, avaliação do controle interno, testes substantivos, testes de transações e lucros, inspeção física, itens sem movimentação análise do controle fiscal dos estoques, análise do desempenho econômico, sugestões e recomendações.

4.1 A EMPRESA

Fundada em fevereiro de 1992 na cidade de Marau no estado do Rio Grande do Sul, a Transportes ZM Ltda. Conta atualmente com três sócios, sendo um com 50% da empresa e os outros dois com 25% cada um. A administração da empresa é feita pelo sócio administrador, que realiza o controle e gerenciamento da mesma.

É uma empresa prestadora de serviços de transporte, conta com seis caminhões, sendo dois de transporte de ração, dois de transporte de lodo e outro que presta serviços internos, todos esses prestam serviços terceirizados para a BRF S/A. Ainda tem mais um caminhão que realiza fretes para a BRF S/A e também presta serviços particulares.

A empresa realiza sua prestação de serviço de maneira correta e sempre da melhor maneira possível, buscando sempre a satisfação do cliente e a conservação e melhoria de seus bens.

4.2 AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Um dos objetivos do presente trabalho é avaliar os controles internos existentes na empresa e, para tanto, aplicou-se o questionário (Apêndice A) para averiguar como estavam os procedimentos de controles nas áreas de imobilizado.

A aplicação dos questionários foi realizada com o proprietário e com a contadora da empresa, que responderam às questões relativas ao controle do imobilizado e sua contabilização.

Pelas respostas, observa-se que a empresa possui controles internos básicos para o bom andamento de seus negócios, visto que seu ativo imobilizado é formado apenas por bens de grande porte, facilitando o processo de controle.

A empresa não possui sistema informatizado de controles, sendo que todas as informações para o controle de seus bens ficam a cargo do escritório contábil.

Pela análise efetiva das respostas verifica-se que a empresa não tem manuais de controle, até mesmo porque seu imobilizado é constituído apenas pelos caminhões e carrocerias.

A contabilidade não está utilizando a Norma Brasileira de Contabilidade correta, isto porque utiliza a NBC 19.1, sendo que a norma para ativo imobilizado atual, a partir de 2009 é a NBC TG 27 – Ativo imobilizado e a NBC TG 01 – Teste de recuperabilidade.

E neste item verifica-se que ela também vem utilizando as taxas de depreciação fiscais, e não pela vida útil dos bens, que é de sete anos, conforme contrato com a empresa BRF S/A, sendo que quando o caminhão atinge este tempo ele deverá ser trocado.

A empresa apesar de atuar com contrato de prestação de serviços com uma grande empresa, não realiza manutenção preventiva e sim somente quando os bens apresentam problemas o que poderá ocasionar perda de receita de fretes, atrasos nas entregas e outros problemas.

Em relação aos seguros verifica-se que a empresa possui todos os bens segurados, desde o caminhão até as carrocerias. É feito seguro total e também seguro contra terceiros de todos os bens patrimoniais.

As despesas financeiras estão inclusas no valor da parcela do financiamento e seu pagamento é realizado através de boleto bancário ou depósito bancário, elas não são contabilizadas no valor do bem, elas são contabilizadas separadamente em uma conta específica.

Quanto aos demais itens de controle importantes, como inspeções físicas, colocação de plaquetas, não são necessários na empresa em função de a mesma não manter itens de pequeno porte.

4.3 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA APLICADOS NO IMOBILIZADO

Após a avaliação dos controles internos, foram realizados os procedimentos de auditoria interna de inspeção física, conferência dos cálculos de depreciação e o teste de recuperabilidade.

4.3.1 Comparativo registro imobilizado x registro contábil com data-base em 31/12/2012

O primeiro teste realizado foi o de verificação do ativo imobilizado da empresa em relação aos saldos das contas do imobilizado e os itens que se encontram registrados na contabilidade, sendo a data base para análise de 31 de dezembro de 2012, o que se apresenta na Tabela 1:

Tabela 1 - Comparativo registro imobilizado x registro contábil

Conta Contábil	Saldo Contábil	Saldo Registro Auxiliar	Diferença
Veículos	406.863,88	458.013,81	(51.149,93)

Fonte: Balanço Contábil e Relatório Bens do Patrimônio.

Verificou-se que os saldos do balanço não estão de acordo com os saldos do Relatório do Setor de Patrimônio, e como a contabilidade não possui um relatório específico com registro individualizado dos bens foi difícil verificar a diferença de R\$ 51.149,93, se é no registro de bens ou na depreciação acumulada.

Porém através da análise do relatório de cadastro dos bens do patrimônio e no balanço contábil, verifica-se que até 2012, o valor da depreciação tinha diferença de R\$ 17.386,93.

E também verificou-se que o caminhão Mod 709/37 ano 1995, no valor de R\$ 33.763,00, está registrado duas vezes no relatório de cadastro dos bens no patrimônio. Sendo estes dois valores a diferença do saldo.

Ressalta-se, entretanto que o saldo contábil está correto e somente o registro auxiliar que se encontra com divergência, isso ocorre porque os programas não são integrados.

4.3.2 Inspeção física

A inspeção física foi realizada também em 30 de setembro de 2013, sendo que foram verificados todos os veículos e carrocerias da empresa registrados na contabilidade.

Tabela 2 - Inspeção Física de Bens

Descrição	Data aquisição	Valor	Observação
Caminhão Mercedes Benz 2003 Placa ILD-3294	28/03/2003	R\$ 68.500,00	OK
Carroceria de Madeira Caminhão Mercedes Benz	09/04/2003	R\$ 2.480,00	OK
Caminhão Ford Cargo 1622 2000 Placa IJJ-7436	29/02/2000	R\$ 63.400,00	OK
Tanque Caminhão Ford Cargo 1622	28/05/2004	R\$ 7.450,00	OK
Carroceria Tanque Caminhão Ford Cargo 1622	27/03/2000	R\$ 10.125,00	OK
Caminhão Mercedes Benz 2005/2006 c/cabine,	27/12.2005	R\$ 150.000,00	OK
Silo Granel Practice 10 TON 04 C N. 599	10/02/2006	R\$ 16.000,00	OK
Caminhão 710/37 Mercedes Benz2010 IQS-8222	31/03/2010	R\$ 90.000,00	OK
Carroceria Sider Comprimento de 4,6 MT.	15/04/2010	R\$ 9.300,00	OK
Caminhão VW24.250 CNC6X2 23.000 2010/2011	04/02/2011	R\$ 185.000,00	OK
Caminhão Volkswagen 17.250 TB-2011/2012	02/01/2012	R\$ 162.000,00	OK
Total		R\$ 764.255,00	

Fonte: Registros da Empresa.

Na tabela 2, verifica-se que a amostra selecionada que foi composta por 11 itens do ativo imobilizado, e todos os itens foram encontrados, o que representa que a empresa está com um controle interno eficiente, pois não foram encontrados erros nesses bens. Eles estão todos registrados contabilmente no balanço e existem fisicamente.

Cabe ressaltar que o controle necessário é para bens de pequeno porte e de fácil movimentação.

Também em relação aos seus bens do imobilizado, certificou-se junto à empresa que a mesma possui seguros, de todo o patrimônio, que vise a garantir o seu ativo contra possíveis danos que os bens possam a vir a sofrer por motivos naturais, humanos ou acidentais.

Como todos os bens são segurados, seus valores são avaliados pela seguradora através da tabela Fipe. Todos possuem seguro contra terceiros, onde é determinado um valor para cada cobertura que o mesmo oferece, como por exemplo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, danos morais, morte por passageiro e invalidez por passageiro e

também os bens possuem seguro total.

4.3.3 Conferência dos cálculos de depreciação

Com base nos relatórios do Setor de Patrimônio fornecidos pela contabilidade verificou-se que a taxa de depreciação usada é de 10% ao ano, com uma vida útil de 10 anos, e não pela vida útil possível esperada do bem que é de 7 anos.

Os cálculos apresentados na Tabela 3 referem-se à taxa de 10% para verificação da exatidão dos registros contábeis da empresa, na tabela 4 apresentam-se o valor correto da depreciação pela vida útil efetiva dos bens.

O cálculo da depreciação dos bens foi realizado da data de aquisição até o dia 31/12/2012, para fins de conferência com o balanço patrimonial da empresa.

Tabela 3 - Conferência de Cálculo de depreciação

Descrição	Aquisição	Valor	Taxa anual	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Caminhão Mercedes Benz	28/03/2003	R\$68.500,00	10%	R\$ 66.787,50	R\$ 1.712,50
Carroceria de Madeira	09/04/2003	R\$ 2.480,00	10%	R\$ 2.418,03	R\$ 61,97
Caminhão Ford Cargo 1622	29/02/2000	R\$ 63.400,00	10%	R\$ 63.400,00	R\$ 0,00
Tanque Caminhão Ford Cargo	28/05/2004	R\$ 7.450,00	10%	R\$ 6.394,58	R\$ 1.055,42
Tanque Caminhão Ford Cargo	27/03/2000	R\$ 10.125,00	10%	R\$ 10.125,00	R\$ 0,00
Caminhão Mercedes Benz L	27/12/2005	R\$ 150.000,00	10%	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00
Silo Granel Practice 10 TON	10/02/2006	R\$ 16.000,00	10%	R\$ 11.066,67	R\$ 4.933,33
Caminhão 710/37 Mercedes	31/03/2010	R\$ 90.000,00	10%	R\$ 24.750,00	R\$ 65.250,00
Carroceria Sider.	15/04/2010	R\$ 9.300,00	10%	R\$ 2.480,00	R\$ 6.820,00
Caminhão VW 24.250	04/02/2011	R\$ 185.000,00	10%	R\$ 35.458,33	R\$ 149.541,67
Caminhão Volkswagen	02/01/2012	R\$ 162.000,00	10%	R\$ 16.200,00	R\$ 145.800,00
Total		R\$ 764.255,00		R\$ 359.080,11	R\$ 405.174,89

Fonte: Registros da Empresa.

Pelos cálculos da Tabela 3 verifica-se que existem diferenças entre os registros contábeis e os cálculos de depreciação realizados neste trabalho, pois se obteve o valor da depreciação acumulada de R\$ 359.080,11 e no balanço patrimonial, tem-se R\$ 357.391,12, ou seja, uma diferença de R\$ 1.688,99.

Entretanto pela experiência do proprietário e pelo contrato com a BRF a vida útil dos caminhões é de 7 anos, sendo que Tabela 4 apresentam-se os cálculos da depreciação que deveria ter sido registrada na contabilidade.

Tabela 4 - Depreciação pela vida útil dos bens

Descrição	Aquisição	Valor	Taxa anual	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Caminhão Mercedes Benz	28/03/2003	R\$68.500,00	14,29%	R\$ 66.073,39	R\$ 2.426,61
Carroceria de Madeira	09/04/2003	R\$ 2.480,00	14,29%	R\$ 2.392,14	R\$ 87,86
Caminhão Ford Cargo 1622	29/02/2000	R\$ 63.400,00	14,29%	R\$ 61.909,04	R\$ 1.490,96
Tanque Caminhão Ford Cargo	28/05/2004	R\$ 7.450,00	14,29%	R\$ 7.008,65	R\$ 441,35
Tanque Caminhão Ford Cargo	27/03/2000	R\$ 10.125,00	14,29%	R\$ 9.766,33	R\$ 358,67
Caminhão Mercedes Benz L	27/12/2005	R\$ 150.000,00	14,29%	R\$ 128.610,00	R\$ 21.390,00
Silo Granel Practice 10 TON	10/02/2006	R\$ 16.000,00	14,29%	R\$ 15.814,27	R\$185,73
Caminhão 710/37 Mercedes	31/03/2010	R\$ 90.000,00	14,29%	R\$ 35.367,75	R\$ 54.632,25
Carroceria Sider.	15/04/2010	R\$ 9.300,00	14,29%	R\$ 3.654,67	R\$ 5.645,33
Caminhão VW 24.250	04/02/2011	R\$ 185.000,00	14,29%	R\$ 50.669,96	R\$ 134.330,04
Caminhão Volkswagen	02/01/2012	R\$ 162.000,00	14,29%	R\$ 23.149,80	R\$ 138.850,20
Total		R\$ 764.255,00		R\$ 404.416,00	R\$ 359.839,00

Fonte: Autor, 2013.

Pela Tabela 4 verifica-se que o ativo imobilizado da empresa encontra-se superavaliado em R\$ 43.067,63, devido os cálculos de depreciação ter sido feitos a taxa de 10% e pela vida útil ser por 14,29%.

4.3.4 Teste de recuperabilidade

O teste de recuperabilidade foi realizado com base nos valores de mercado. Os bens testados foram os veículos, com base nos valores da Fipe, conforme observa-se na Tabela 5.

Tabela 5 - Teste de Recuperabilidade

Bem	Aquisição	Valor Contábil	Valor uso	Valor Mercado ou Justo - Fipe	Diferença
Caminhão Mercedes Benz 914/37 2003	28/3/2003	R\$ 1.712,50	R\$ 11.416,67	R\$ 65.446,00	Não precisará constituir perda
Caminhão Ford Cargo	29/2/2000	R\$ 0,00	R\$ 18.114,29	R\$ 56.000,00	Não precisará constituir perda
Caminhão Mercedes Benz 2005/2006	27/12/2005	R\$ 30.000,00	R\$ 21.428,57	R\$ 117.020,00	Não precisará constituir perda
Caminhão 710/37 2010/2010	31/3/2010	R\$65.250,00	R\$ 64.285,71	R\$ 71.552,00	Não precisará constituir perda
Caminhão VW 24.250 2010/2011	4/2/2011	R\$ 149.514,67	R\$ 132.142,86	R\$ 156.038,00	Não precisará constituir perda
Caminhão Volkswagen 2011/2012	2/1/2012	R\$ 145.800,00	R\$ 138.857,14	R\$ 131.835,00	Neste caso a empresa deve constituir perda R\$ 6.942,86

Fonte: Autor, 2013.

O valor justo, no teste de recuperabilidade representa o valor do bem caso a empresa tivesse interesse em vendê-lo no exercício corrente. A comparação que se faz no teste de recuperabilidade é pelo valor em uso e o valor de venda dos dois o maior.

Pela tabela 5 observa-se que todos os veículos que a empresa possui, demonstrando o valor contábil, o valor em uso e o valor da Fipe, o que demonstra que o valor em uso é sempre menor que o da Fipe, nesse caso considerado o valor justo ou de venda, então não será necessário constituir perda.

Entretanto verifica-se que na grande maioria dos itens o valor contábil está superior ao valor em uso, isto porque a depreciação vindo sendo realizada com taxa superior a vida útil dos bens, conforme comentado no item anterior.

Pela análise dos dados apenas o veículo de 2012, é que tem uma perda, visto que ser valor em uso é maior que o valor recuperável, em R\$ 6.942,86.

4.4 REVISÃO ANALÍTICA DOS BALANÇOS

Neste trabalho realizou-se a avaliação do desempenho econômico através dos indicadores econômico-financeiros que, são indicadores de administração que permite apontar a relação existente entre as contas das demonstrações financeiras e que visam

evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.

Assim neste estudo foram analisadas as demonstrações contábeis de toda a empresa. Os indicadores foram divididos em quatro grupos: indicadores de liquidez, indicadores de endividamento e indicadores de lucratividade.

4.4.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores financeiros permitem verificar flutuações e tendências incomuns nos negócios. Primeiramente, têm-se os indicadores de liquidez, que são os mais utilizados para avaliar desempenho e tomada de decisões de curto prazo.

A liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem, ou seja, corresponde à facilidade com que a empresa pode pagar suas contas. (GITMAN, 2006, p. 46). O Quadro 4 apresenta os principais indicadores:

Indicador	Cálculo	O que Representa	Interpretação
Capital Circulante Líquido	$AC - PC$	O CCL representa a folga financeira que a empresa possui.	O ideal é que o CCL seja positivo.
Liquidez Geral	$\frac{AC + A\tilde{N}C}{PC + P\tilde{N}C}$	Quanto à empresa possui de AC e ARLP para cada R\$ 1,00 da dívida total.	O ideal é que seja maior que 1 (um).
Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	Capacidade da empresa em cumprir com as obrigações de curto prazo.	O ideal é que seja maior que 1 (um), pois a partir desse índice o CCL passará a ser positivo.
Liquidez Seca	$\frac{AC - \text{Estoque}}{PC}$	Capacidade da empresa em cumprir com as obrigações de curto prazo, excluindo os estoques.	O ideal é que seja maior que 1 (um), pois a partir desse índice o CCL passará a ser positivo.

Quadro 4 - Indicadores de Liquidez

Fonte: Adaptado de Gitman et al., 2006.

Legenda:

AC = Ativo Circulante

AÑC = Ativo Não Circulante

PC = Passivo Circulante

PÑC = Passivo Não Circulante

CCL= Capital Circulante Líquido

Destaca-se que mais importante que o cálculo do capital circulante líquido é a determinação de sua variação. Estes valores são apenas números que, para serem relevantes devem ser comparados a dados passados, projeções, às atividades da empresa e nunca

avaliados independentemente.

Tabela 6 - Indicadores de Liquidez

Indicador	Fórmula	2010	2011	2012
CCL	AC – PC	44.041-122.646= (R\$ 78.605,01)	50.044-191.068= (R\$ 141.023,91)	37.297-113.204= (R\$ 75.907,58)
Liquidez Geral	$\frac{AC + A\tilde{N}C}{PC + P\tilde{N}C}$	$\frac{44.041+237.229}{122.646+45.978}$ 1,67%	$\frac{50.044+315.499}{191.068+108.475}$ 1,22%	$\frac{37.297+406.863}{113.204+213.075}$ 1,36%
Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	44.041/122.646= 0,36	50.044/191.068= 0,26	37.297/113.204= 0,33
Liquidez Seca	$\frac{AC - \text{Estoque}}{PC}$	$\frac{44.041 - 0}{122.646}$ 0,36	$\frac{50.044 - 0}{191.068}$ 0,26	$\frac{37.297 - 0}{113.204}$ 0,33

Fonte: Demonstrações Contábeis Transportes ZM Ltda.

Com base nos indicadores apresentados na Tabela 6 pode-se observar que o Capital circulante líquido da empresa, está negativo enquanto o ideal seria que o mesmo fosse positivo.

Com relação aos índices de liquidez houve queda de 2010 para 2011 e de 2011 para 2012 um aumento, o que se pode observar que o índice de liquidez corrente demonstra que a empresa possui R\$ 0,36 para pagar cada R\$ 1,00 das suas dívidas de curto prazo, e que o ativo circulante não cobre o passivo circulante.

Como a empresa é uma prestadora de serviços, não tem estoques e nem contas a receber, o índice de liquidez corrente e seca são iguais.

A empresa tem dificuldades de quitar suas dívidas de curto prazo, pois seus investimentos são em ativos imobilizados, e também os custos da atividade de transporte, tais, como: combustível, manutenção, seguros, funcionários, encargos, impostos, entre outros, são elevados. No entanto no longo prazo existe uma folga para quitação das dívidas.

Com a análise destes indicadores foi possível identificar o problema da reclamação constante dos sócios sobre o volume de contas a pagar e as dificuldades para quitá-las.

Outra questão a relatar é de que os sócios têm a receber R\$ 39.000,00 de lucros e não tem caixa suficiente para pagá-los, isto porque na verdade os lucros foram reinvestidos em novos ativos imobilizados.

Como a empresa é uma prestadora de serviços, não tem estoques e nem contas a receber, não foi possível calcular os indicadores de atividade.

4.4.2 Indicadores de Endividamento

Os Indicadores de Endividamento revelam quanto à empresa está utilizando de recursos de terceiros para gerar lucros. Quanto maior a dívida da empresa com relação aos seus ativos, maior a sua alavancagem financeira que é o aumento do risco e retorno em função do uso de financiamento a custo fixo. (GITMAN, 2006, p. 49). O Quadro 5 apresenta o principal indicador:

Indicador	Cálculo	O que Representa	Interpretação
Índice de Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$	Indica o quanto os credores da empresa estão financiando os ativos.	Quanto maior o índice, maior o endividamento da empresa e a alavancagem financeira.

Quadro 5 - Indicadores de Endividamento

Fonte: Adaptado de Gitman et al., 2006.

Na Tabela 7 apresentam-se os cálculos realizados através das demonstrações contábeis da empresa, apresentando o nível de endividamento da mesma.

Tabela 7 - Indicadores de Endividamento da Empresa

Indicador	Fórmula	2010	2011	2012
Índice de Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$	168.625/281.271= 0,60	299.543/365.543= 0,82	326.280/444.161= 0,73

Fonte: Demonstrações Contábeis Transportes ZM Ltda.

A análise demonstra que a empresa em 2010 para cada real do seu ativo total R\$0,60 era financiada por terceiros.

Em 2011, o índice aumento para cada R\$ 1,00 investido no ativo R\$ 0,82 eram capital de terceiro, dívidas, isto demonstra que de 2010 para 2011 houve um aumento do nível de endividamento da empresa, isso em função de nova aquisição de caminhão.

Já de 2011 para 2012 houve uma pequena diminuição do nível de endividamento, pois como a empresa adquiriu novos caminhões os gastos com manutenção e reparos diminuíram.

Para a compra de caminhões se faz necessário do uso de financiamentos de longo prazo, pois por precisa trocá-los em determinado tempo, qual seja a cada 7 anos, conforme contrato com a BRF.

A administração não possui recursos disponíveis para pagamento do bem à vista e também pela concessionária disponibilizar financiamentos com taxas de juros baixas e prazo estendido para pagamento, a aquisição do bem financiado, se torna mais viável.

4.4.3 Indicador de Imobilização

A imobilização do patrimônio líquido, especificamente, mostra o percentual de patrimônio que foi aplicado em ativo permanente. É um indicador importante, pois seu crescimento excessivo pode provocar problemas de solvência na empresa. (GITMAN, 2006)

No quadro 6, demonstra esse indicador:

Indicador	Cálculo	O que Representa	Interpretação
Índice de Imobilização	$\frac{\text{Imobilizado} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Indica o grau de recursos da empresa que está investido em ativo permanente.	Quanto menor melhor, já que quanto menos a empresa investe em ativo imobilizado, mais recursos próprios sobram para outros investimentos.

Quadro 6 – Indicador de Imobilização

Fonte: Adaptado de Gitman, et al., 2006.

Entretanto este indicador muda muito de acordo com o setor de atuação da empresa, principalmente no caso de empresas industriais e de prestação de serviço nas quais este indicador irá ser mais elevado. (GITMANN, 2006)

Tabela 8 - Indicador de Imobilização da empresa

Indicador	Fórmula	2010	2011	2012
Índice de Imobilização	$\frac{\text{Imobilizado} * 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$	$544.755 / 112.645 * 100$ =483,60	$604.955 / 66.000 * 100$ =916,60	$764.255 / 117.880 * 100$ =648,33

Fonte: Demonstrações Contábeis Transportes ZM Ltda.

Pela tabela 8, observa-se que os valores de imobilização do patrimônio líquido são elevados. O fator determinante, é que nesses dois períodos a empresa adquiriu novos caminhões por exigência da BRF, e que conforme já evidenciado são financiados por capital de terceiros.

4.4.4 Indicadores de Lucratividade

Através desses indicadores consegue-se relacionar o retorno da empresa com suas vendas, ativo ou patrimônio líquido. A lucratividade avalia o volume do capital próprio investido. O Quadro 7 apresenta alguns desses indicadores:

Indicador	Cálculo	O que Representa	Interpretação
Margem Bruta	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita}}$	Indica o quanto sobra da receita após a empresa pagar por seus produtos (CPV).	Quanto maior, melhor. Depende do setor que a empresa atua.
Margem Operacional	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita}}$	Indica o quanto sobra da receita após a dedução de todos os custos e despesas, exceto juros e imposto de renda.	Quanto maior, melhor. Depende do setor que a empresa atua.
Margem Líquida	$\frac{\text{LL}}{\text{Receita Líquida}}$	Indica o quanto sobra da receita após a dedução de todos os custos e despesas, inclusive juros e imposto de renda.	Quanto maior, melhor. Depende do setor que a empresa atua.
Taxa de Retorno Sobre o Ativo Total (ROA)	$\frac{\text{LL}}{\text{Ativo Total}}$	Indica a eficiência da empresa em gerar lucros com seus ativos. Também conhecida por Retorno sobre o Investimento (ROI).	Quanto maior, melhor. Para verificar se o índice calculado é aceitável deve-se analisar o setor que a empresa atua e realizar séries temporais.
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{LL}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Indica o retorno sobre os investimentos dos proprietários da empresa.	Quanto maior, melhor. Para verificar se o índice calculado é aceitável deve-se analisar o setor que a empresa atua e realizar séries temporais.

Quadro 7 - Indicadores de Lucratividade

Fonte: Adaptado de Gitman et al., 2006.

Legenda: LL = Lucro Líquido

Por fim, na Tabela 9, foram calculados os indicadores de lucratividade da empresa em estudo, envolvendo especialmente suas contas a pagar, o qual se entende que são os passivos que interferem significativamente no resultado da empresa.

Tabela 9 - Indicadores de Lucratividade e Rentabilidade da empresa

Indicador	Formula	2010	2011	2012
-----------	---------	------	------	------

Margem Bruta	<u>Lucro Bruto</u> Receita Líquida	85.527/475.807 = 17,98%	94.497/461.615 = 20,47%	189.514/562.612 = 33,68%
Margem Operacional	<u>Lucro Operac.</u> Receita Líquida	7.148/475.807 = 1,50%	(255) /461.615 = (0,06%)	51.930/562.612 = 9,23%
Margem Líquida	<u>LL</u> Receita Líquida	33.485/475.807 = 7,04%	6.283/461.615 = 1,36%	51.880/562.612 = 9,22%
Taxa de Retorno Sobre o Ativo Total	<u>LL</u> Ativo Total	33.485/281.271 = 11,90%	6.283/365.543 = 1,72%	51.880/444.161 = 11,68%
Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	<u>LL</u> Patrimônio Líquido	33.485/112.645 = 29,73%	6.283/66.000 = 9,52%	51.880/117.880 = 44,01%

Fonte: Demonstrações Contábeis Transportes ZM Ltda.

Pela relação apresentada na Tabela 9, verifica-se que a margem bruta de 17,98% em 2010, aumentando para 20,47% e novamente aumentando para 33,68%, isto demonstra uma excelente margem bruta.

Em relação à margem operacional, verifica-se que em 2010, foi 1,5%, e em 2011, ela foi negativa, e que a empresa somente teve lucro, pela venda de bens do ativo imobilizado. A margem operacional em 2012 foi de 9,23%.

A margem líquida em 2012 foi de 9,22% uma boa margem, superior ao valor da caderneta de poupança e da aplicação financeira que ficaram em torno de 8%.

Ressalta-se, entretanto que os sócios não tinham o dinheiro para investimento no mercado financeiro, pois adquiriram os caminhões através de financiamentos, mas a margem é importante, para determinar o retorno do trabalho realizado e a capacidade de pagamento dos financiamentos.

Pelos dados da demonstração contábil a empresa enfrenta dificuldades para saldar suas dívidas de curto prazo, e provavelmente tenha que recorrer ao mercado financeiro ou ao investimento dos sócios para quitá-las em dias, confirmando as reclamações dos sócios que as contas a pagar são complicadas de administrar.

Porém a análise que deve ser feita é se o serviço realizado paga os investimentos feitos na aquisição dos caminhões.

4.5 SIMULAÇÃO TRIBUTÁRIA

Outra reclamação constante do proprietário da empresa, e na qual a auditoria interna pode auxiliar, é na verificação de qual a melhor forma tributária lícita que a empresa possa adotar, reduzindo os tributos.

No ano de 2012, verifica-se que a empresa, é tributada pelo Simples Nacional conforme mostra na Tabela 10 teve um gasto com tributos de aproximadamente 8% do seu faturamento bruto.

Nesse sentido, e considerando que o ICMS para transportes de cargas no Rio Grande do Sul é isento, realizou-se um comparativo pelo lucro presumido e pelo lucro real. Ressalta-se para fins de crédito do PIS e Cofins, no lucro real, creditou-se sobre: combustíveis, manutenção e depreciação, conforme rege a legislação.

Tabela 10 - Simulação Tributária ano de 2012 – Empresa ZM Ltda.

Descrição	Simplex Nacional	%	Lucro Presumido	%	Lucro Real	%
Prestação de Serviços	618.717,1	100,0	618.717,1	100,0	618.717,1	100,0
ISS	-7.219,4	-1,2	-7.219,4	-1,2	-7.219,4	-1,2
Simplex ou PIS e Cofins	-48.885,7	-7,9	-22.583,2	-3,7	-38.268,8	-6,2
Receita Líquida de Vendas	562.612,0	90,9	588.914,5	95,2	573.228,9	92,6
Materiais - (Serviço de Transp.)	-39.752,7	-6,4	-39.752,7	-6,4	-39.752,7	-6,4
Mão de Obra Direta - (Serviço Transp.)	-95.893,0	-15,5	-95.893,0	-15,5	-95.893,0	-15,5
INSS	0,0	0,0	-25.891,1	-4,2	-25.891,1	-4,2
Outros Custos - (Serviço de Transp.)	-237.452,0	-38,4	-237.452,0	-38,4	-237.452,0	-38,4
Resultado Operacional Bruto	189.514,3	30,6	189.925,7	30,7	174.240,0	28,2
Brindes e sorteios	-30,0	0,0	-30,0	0,0	-30,0	0,0
Gasto com pessoal	-1.670,5	-0,3	-1.670,5	-0,3	-1.670,5	-0,3
Energia Elétrica	-1.240,2	-0,2	-1.240,2	-0,2	-1.240,2	-0,2
Despesas de Seguros	-13.574,1	-2,2	-13.574,1	-2,2	-13.574,1	-2,2
Honorários	-3.344,0	-0,5	-3.344,0	-0,5	-3.344,0	-0,5
Despesas com Mens./ Anuidades .	-12.604,9	-2,0	-12.604,9	-2,0	-12.604,9	-2,0
Impostos e Taxas Municipais	-59,8	0,0	-59,8	0,0	-59,8	0,0
Despesas de Viagem	-110,0	0,0	-110,0	0,0	-110,0	0,0
Impostos e Taxas diversas	-88,7	0,0	-88,7	0,0	-88,7	0,0
Segurança Trabalho	-301,0	0,0	-301,0	0,0	-301,0	0,0
Despesas com taxa de água	-706,7	-0,1	-706,7	-0,1	-706,7	-0,1
Despesas com alimentação	-124,0	0,0	-124,0	0,0	-124,0	0,0
Despesas com uniformes	-152,0	0,0	-152,0	0,0	-152,0	0,0
Despesas com Material de Segurança	-264,0	0,0	-264,0	0,0	-264,0	0,0
Depreciações	-70.085,5	-11,3	-70.085,5	-11,3	-70.085,5	-11,3
Despesas com Veículos	-447,0	-0,1	-447,0	-0,1	-447,0	-0,1
Despesas Postais	-6,7	0,0	-6,7	0,0	-6,7	0,0
Material de Expediente	-83,0	0,0	-83,0	0,0	-83,0	0,0
Juros sobre Financiamentos	-17.866,4	-2,9	-17.866,4	-2,9	-17.866,4	-2,9
Despesas Bancárias	-1.777,3	-0,3	-1.777,3	-0,3	-1.777,3	-0,3
Despesa com cadastro bancário	-2.400,0	-0,4	-2.400,0	-0,4	-2.400,0	-0,4
Juros de Mora	-210,2	0,0	-210,2	0,0	-210,2	0,0
IPVA	-6.188,8	-1,0	-6.188,8	-1,0	-6.188,8	-1,0
(-) Outras Despesas Operacionais	-4.248,9	-0,7	-4.248,9	-0,7	-4.248,9	-0,7
Outras Despesas	-50,0	0,0	-50,0	0,0	-50,0	0,0
Lucro Antes do IR	51.880,9	8,4	52.292,3	8,5	52.292,3	8,5
(-) IRPJ	0,0	0,0	-7.424,6	-1,2	-7.843,8	-1,3
(-) CSLL	0,0	0,0	-6.682,1	-1,1	-4.706,3	-0,8
Lucro Líquido	51.880,9	8,4	38.185,5	6,2	39.742,14	6,4

Fonte: Demonstrações de Resultado.

Pela tabela 10, verifica-se que ainda a melhor opção tributária para empresa é a

tributação pelo Simples Nacional, em função especialmente sobre o INSS sobre a folha de pagamento, que importa em 4,2% da receita bruta. Importante ressaltar que uma análise anual deverá ser feita, pois o que hoje não vale a pena, no futuro poderá valer.

4.6 RECOMENDAÇÕES

Com base nos procedimentos de auditoria realizados, bem como na avaliação dos controles internos existentes na empresa, com o objetivo de melhorar a eficácia e controle dos bens patrimoniais da Empresa, fazem-se necessárias algumas recomendações.

Primeiramente é necessário, que o escritório de contabilidade que é responsável pela escrituração contábil desses bens patrimoniais, utilize as normas contábeis vigentes para o imobilizado, o que demonstrará a real situação patrimonial do ativo imobilizado da empresa.

Recomenda-se também a alteração das taxas de depreciação de 10% utilizados atualmente para 14,29%, conforme a vida útil do bem, e de acordo com a NBC TG 27 Ativo Imobilizado.

Sugere-se que a contabilidade ainda efetue o acerto do relatório de cadastro dos bens do patrimônio com o saldo contábil apresentado no balanço patrimonial.

Verificou-se que a empresa não possui um plano de manutenção preventiva, realizando os concertos somente quando necessário isso poderá impactar em perdas de receita, atrasos nas entregas das cargas, entre outros problemas. Dessa forma, sugere-se um plano de manutenção preventiva dos caminhões, estabelecidos em quilômetros rodados.

Pelo nível de despesas realizadas pela empresa, e também pelo valor que vem sendo pago de simples nacional, recomenda-se um planejamento tributário anual analisando as opções pelo lucro real e lucro presumido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a auditoria interna quanto o controle interno, são áreas da contabilidade que se tornaram aliadas da administração da empresa que, além de avaliar os controles internos existentes na Entidade, busca avaliar, de maneira preventiva os riscos existentes que possam ocorrer, colaborando assim com o atingimento dos objetivos da empresa.

Além do mais, permitem que as organizações alcancem um grau cada vez maior de eficiência em sua gestão administrativa e gerencial como nos procedimentos operacionais. Por outro lado, serve-se como benefício de corrigir desvios, que possam ser detectados. Por fim, permite a adoção de normas, procedimentos, regulamentos e responsabilidades de maneira formal para os colaboradores envolvidos nos processos das entidades.

Na empresa ZM Transportes Ltda. constatou-se que os controles internos são bons inclusive ressaltando que como a empresa não tem bens de pequeno porte, somente os caminhões e os procedimentos de controles não precisam ser tão efetivos.

Mas verificou-se a necessidade de um plano de manutenção preventiva porque o ativo imobilizado representa um percentual muito elevado em relação ao seu patrimônio líquido devido ao setor de atuação, atividade essa que exige elevados investimentos em manutenção e reparos. O plano de manutenção preventiva favoreceria também para evitar problemas de atrasos, e perda de receita pelos caminhões terem que ficar parado por um período maior de tempo.

Também se verificou com a realização do trabalho, alguns ajustes que deverão ser feitos pela contabilidade, especialmente no que tange a aplicabilidade da NBC TG 27 – Ativo imobilizado, em relação à depreciação que deverá ser contabilizada pela vida útil efetiva dos bens, sete anos, e a realização anual de teste de recuperabilidade, conforme a NBC TG 1 – Teste de recuperabilidade.

O trabalho evidenciou que a empresa encontra dificuldades para quitar suas dívidas de curto prazo, visto que para R\$ 1,00 de dívidas, ela possui R\$ 0,36 para quitá-las. Isto porque possui custos elevados e altos investimentos no ativo imobilizado. Fato que consolida a reclamação dos sócios do volume de contas a pagar.

Outra reclamação dos sócios era com relação aos altos valores pagos de imposto, sendo que para sanar esta dúvida foi realizada uma simulação simplificada nas três formas de tributação, sendo que ficou evidenciada que o simples nacional ainda é a melhor opção para empresa.

Conclui-se que um processo de auditoria interna, nas principais áreas traz benefícios aos sócios no processo decisório. Em relação ao imobilizado, foco principal do trabalho, ressalta a aplicação das normas contábeis adequadas, proporciona o registro contábil correto do seu imobilizado e também sobre o controle dos bens.

Portanto, conclui-se que o presente trabalho atendeu todos os objetivos pretendidos que através dessas análises foi possível detectar o motivo da principal reclamação dos sócios que era o alto volume de contas a pagar e as dificuldades de quitá-las, que o que gerava isso era que os investimentos da empresa são apenas em ativo imobilizado, e que os mesmos representam a maior parte do ativo circulante da empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

_____. **Auditoria Interna**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

CEVERO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Legislação – Normas Brasileiras de Contabilidade. **NBC TG 27 – Ativo Imobilizado**. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/legislacao>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **NBC TG 01 – Teste de Recuperabilidade**. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/legislacao>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **NBC TI 01 – Auditoria Interna**. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/legislacao>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. Resoluções. NBC TA 200 – **Objetivos Gerais do Auditor Independente e NBC TA 520 – Procedimentos analíticos**. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/legislacao>>. Acesso em: 23 set. 2013.

COOPERS, PriceWaterhouse. **COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos: Estrutura Integrada**. Disponível em: <http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf>. Acesso em: 08 set. 2013.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 09 Maio 2013.

CRC-SP/IBRACON. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil:** teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

DELOITTE, Touche Tohmatsu. **Lei Sarbanes-Oxley:** Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos. 2003. Disponível em: <http://www.deloitte.com/dtt/cda/doc/content/guia_sarbanes_oxley%281%29.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 10. ed. Rio de Janeiro: Pearson Addison Wesley, 2006.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Manual de Contabilidade:** plano de contas, escrituração e as demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. **Controles Internos nas Organizações.** São Paulo: Editora Edicta, 2002.

MOTTA, João Maurício. **Auditoria:** Princípios e Técnicas. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria:** um enfoque na eficácia organizacional. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luís Martins; DINIZ FILHO, André; GAMA, Paulo S. Lopes; GOMES, Marliete Bezerra. **Curso Básico de Auditoria.** 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria Interna:** embasamento conceitual e suporte tecnológico. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis:** Normas e Procedimentos. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

SÁ, A. Lopes de. **Curso de Auditoria.** 10. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÉNDICE

APENDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CONTROLE DO
IMOBILIZADO

1- Existem normas por escrito que regulam as aquisições de bens do imobilizado?

Resposta: Sim, a contabilidade segue a resolução do CFC NBC T 19.01.

2- Quais são os níveis hierárquicos que tem autorização para aquisição de bens?

Resposta: A empresa não possui vários níveis hierárquicos, apenas um e é decidido pelos sócios.

3- São emitidas ordens de compra para aquisição de bens móveis?

Resposta: Não.

4- Como são adquiridos bens móveis?

Resposta: São adquiridos através de simulações de preço.

5- Como são controlados os recebimentos físicos dos bens móveis (máquinas, móveis, instalações, veículos, etc.)?

Resposta: São controlados através da nota fiscal e do prazo de entrega estipulado pela empresa o qual o bem foi adquirido.

6- A contabilização das aquisições é previamente aprovada pelo contador?

Resposta: Sim.

7- A contabilidade identifica todos os dados do bem, o nome do fornecedor e o número do documento de compra?

Resposta: Sim, solicitando a nota fiscal de aquisição.

8- Qual o tratamento dado às despesas financeiras sobre financiamento para aquisição de bens?

Resposta: O tratamento dado às despesas financeiras se dá através de boleto bancário ou depósito bancário, pois está incluso na parcela. São contabilizadas separadamente, na conta de despesas financeiras.

9- Os documentos referentes às aquisições são guardados em arquivo próprio?

Resposta: Sim.

10- Há controle individual dos bens do imobilizado?

Resposta: Não.

11- Todos os bens estão identificados através de plaquetas numeradas?

Resposta: Não.

12- Há controle para guarda de bens de pequeno porte?

Resposta: Não.

13- O controle patrimonial tem a localização do bem?

Resposta: Sim.

14- São feitos confrontos periódicos entre o controle patrimonial e os bens?

Resposta: Sim, são feitos confrontos periódicos.

15- Se o controle patrimonial também tem o valor do bem atualizado, são feitos confrontos de controle com os registros contábeis?

Resposta: Sim.

16- Como é feito o controle dos bens de reposição?

Resposta: É feito a cada sete anos.

17- No caso de transferência física do bem como é feito o registro no controle patrimonial?

Resposta: Sim, é feita a depreciação até a data da venda, a baixa e a venda.

18- Qual a área da empresa que efetua o controle patrimonial?

Resposta: São os sócios.

19- Qual setor fica com a documentação dos imóveis (escrituras, registro de imóveis, plantas, etc.)?

Resposta: A empresa não possui imóveis.

20- Há um plano para conservação de bens imóveis?

Resposta: A empresa não possui imóveis.

21- Há um plano de manutenção de máquinas, veículos e equipamentos de escritório?

Resposta: Não.

22- Se não existirem planos de manutenção e conservação, como as mesmas são feitas, quem as solicita, quem faz quem as autoriza e quem as paga?

Resposta: São feitas através de revisões ou quando o bem apresentar algum problema, e quem as solicita, faz, autoriza e paga é o sócio administrador.

23- Como são contratadas as manutenções e conservações feitas por terceiros?

Resposta: São contratadas conforme a necessidade.

24- Existem normas para aprovação de baixas de bens?

Resposta: Sim.

25- Como é feito o processo de registro da baixa no controle patrimonial e na contabilidade?

Resposta: É realizada a depreciação, verifica-se ganho ou perda referente à baixa, realizando-se os lançamentos devidos.

26- Como é feito o cálculo do valor da baixa?

Resposta: É feito através do valor de aquisição do bem menos a depreciação que resulta no valor residual do bem, verifica-se ganho ou perda e executa a baixa do bem.

27- Como é procedido o registro contábil da baixa do bem?

Resposta: Calcula-se a depreciação, lança-se a nota do bem, calcula-se a depreciação dos dias restantes até a venda e faz-se a baixa.

28- Quais são os níveis hierárquicos que tem autorização para baixar os bens?

Resposta: Como a empresa não possui vários níveis hierárquicos, apenas um é autorizado apenas pelos sócios.

29- Há uma política de seguros definida?

Resposta: Sim, e realizada uma vez por ano, onde e feito seguro total e seguro contra terceiros, contratados o primeiro em um cooperativa de transporte e o outro em uma seguradora, que oferece melhores condições de preços.

30- Quais os bens que são segurados?

Resposta: Todos os bens são segurados.